

ACOREIRA MARIZ



Plenário aprovou projeto que cria órgãos de apoio ao Conselho Nacional de Justiça, como um departamento de pesquisa

Aprovado o sistema de segurança alimentar

No esforço concentrado, o Senado aprovou 13 projetos de lei, além da Medida Provisória 295/06. Entre eles está o que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Já a

Comissão de Constituição e Justiça aprovou o fim do voto secreto no Plenário em processos de cassação de parlamentares. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

PÁGINAS 2 A 4

Parlamento do Mercosul mais perto de sair do papel

Sessão inaugural do novo órgão, cuja criação foi aprovada pelo Senado, poderá coincidir com a 16ª Cúpula Ibero-Americana, marcada para novembro. Parlametos da Argentina e do Uruguai ainda precisam aprovar o texto.

PÁGINA 3

Conselho de Ética começa a ouvir senadores

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu nesta terça-feira o senador Ney Suassuna, que apresenta sua defesa contra acusações de envolvimento na máfia das ambulâncias. A CPI que investiga o caso vota requerimentos.

PÁGINAS 10 E 11

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
ACONTECEU NO SENADO	Página 15



cidadania

Dicas para contratação de advogado

Confirmar se o profissional está registrado na Ordem dos Advogados do Brasil e se não há processo disciplinar contra ele é o primeiro passo para a contratação de um advogado. Também é indispensável a elaboração de um contrato especificando os serviços, o valor e a forma de pagamento de honorários. Saiba mais no *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16

Fiscalização das binacionais entra na agenda

Duas propostas de emenda à Constituição apresentadas por senadores conferem poder ao TCU para controlar as empresas públicas de caráter binacional

PÁGINAS 8 E 9



Detalhe da gigantesca hidrelétrica Itaipu Binacional, entre Brasil e Paraguai: falta de transparência apontada pelo TCU

ITAIPU BINACIONAL

gendagendaendagenagendaendagendaendagen

Pauta do Senado está obstruída por 17 MPs

Na última segunda-feira, primeiro dia do esforço concentrado, a Câmara dos Deputados apreciou 20 medidas provisórias que travavam a pauta desde agosto. Graças a um acordo entre os líderes e o Plenário daquela Casa rejeitou duas das MPs e aprovou as demais sem discussão de mérito nem emendas.

Por sua vez, o Senado acolheu 13 projetos de lei e já deliberou sobre a MP 295/06, que aumenta a remuneração de diversas carreiras do Executivo federal (leia mais nas páginas 3, 4 e 5). As outras 17 MPs passaram a obstruir a pauta de votações do Senado, mas só serão apreciadas em outubro, após as eleições.

Entre as matérias estão a MP 303/06, que cria o Refis 3; e a MP 312/06, que prorroga em dois anos o prazo para o trabalhador rural requerer aposentadoria por idade.

A intenção do acordo partidário foi liberar a pauta para que os deputados pudessem votar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (PLP 123/04), também conhecida como Super Simples; a PEC 349/01, que acaba com o voto secreto em deliberações da Câmara e do Senado; e o projeto que cria a Timemania – loteria que vai socorrer as finanças dos clubes de futebol. Os três foram aprovados na última terça, sendo que o da Timemania vai à sanção presidencial.

Agentes comunitários e planos de carreira

Entre as medidas provisórias acatadas pela Câmara estão as MPs 297/06 e 300/06. A primeira regulamenta as atividades dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, e a outra define regras para o pagamento de indenização a anistiados políticos.

Dez MPs criam cargos, sub-

sídios e planos de carreira ou aumentam salários de diversas categorias de servidores públicos.

Além da MP 295/06, aprovada também pelo Senado, destaca-se a MP 304/06, que cria um Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, regulamenta carreiras da área de meio ambiente e formas de aproveitamento de servidores dos antigos territórios (veja quadro abaixo).

Outras quatro MPs abrem créditos extraordinários para órgãos do Poder Executivo e para a Justiça Eleitoral. A MP 298/06 destina R\$ 1 bilhão para garantir o preço mínimo de produtos agrícolas.

Graças a acordo entre partidos, a Câmara rejeitou as MPs 293/06 e 294/06, relativas à reforma sindical. A primeira tratava do reconhecimento legal da representação de trabalhadores em centrais sindicais e a segunda criava o Conselho Nacional de Relações de Trabalho.

Eleições 2006

Vale a pena não estar em dia com a Justiça Eleitoral?

1) Não votei e não justifiquei minha ausência. E agora?

Nesse caso, o eleitor entre 18 e 60 anos (para quem o voto é obrigatório) precisa regularizar sua situação com a Justiça Eleitoral para evitar sanções. Passados 60 dias da eleição, sem justificativa, o eleitor fica sujeito a multa que varia de R\$ 1,06 a R\$ 3,51, de acordo com o valor fixado pelo juiz da zona eleitoral. Quem apresentar atestado de pobreza fica isento do pagamento.

Para pagar a multa é preciso obter um Documento de Arrecadação da Receita Federal (Darf) nas agências bancárias. Depois, apresentar o comprovante de pagamento, juntamente com um requerimento à Justiça Eleitoral. Processado esse requerimento, o eleitor tem sua situação quitada.

2) Posso ser multado mais de uma vez?

Sim, o eleitor será multado todas as vezes que deixar de votar e não justificar. Porém, feito o recolhimento da multa, a iniciativa do eleitor regulariza definitivamente sua situação.

3) Quais as sanções previstas em lei para quem não está em dia com a Justiça Eleitoral?

Quem deixar de votar, de justificar a ausência ou pagar a multa não pode:

- ▶ inscrever-se em concurso para função pública ou, se aprovado, tomar posse;
- ▶ receber o salário a partir do segundo mês após a eleição, no caso de funcionário de

autarquia, fundação, empresa, instituto ou sociedade mantida pelo governo federal, estadual, municipal ou do

Distrito Federal;

- ▶ participar de concorrência pública dos governos federal, estadual, do Distrito Federal ou municípios e suas autarquias;

- ▶ obter empréstimo em qualquer instituição de crédito mantida pelo governo;

- ▶ tirar passaporte ou carteira de identidade;

- ▶ renovar matrícula em instituição de ensino oficial ou fiscalizada pelos governos federal, estadual ou municipal;

- ▶ ser considerado apto para atividade para a qual for exigida também quitação do serviço militar ou de Imposto de Renda.

4) Pode haver cancelamento do título para o eleitor que descuidar de sua relação com a Justiça Eleitoral?

Sim, quem deixar de votar por três eleições consecutivas (nesse caso cada turno representa uma eleição), não pagar a multa ou não se justificar no prazo de seis meses depois da eleição terá o título cancelado.

5) Como comprovar que estou em situação regular?

Basta apresentar os comprovantes de votação entregues pelos mesários da seção eleitoral. Caso os tenha perdido, basta solicitar em qualquer cartório eleitoral uma Certidão de Quitação Eleitoral, que deve ser emitida imediatamente, com base em consulta ao Cadastro Geral de Eleitores.

MPs que tratam de cargos e remuneração de servidores

MP 295/06 - Aumenta a remuneração de diversas carreiras do Executivo federal, incluindo analistas e técnicos do Banco Central.

MP 296/06 - Cria 8.593 cargos e funções no ensino profissionalizante mantido pelo governo federal.

MP 301/06 - Muda gratificações, institui planos de carreira, cria cargos e regulamenta o auxílio-moradia concedido a diversas carreiras de servidores públicos.

MP 302/06 - Cria gratificações e institui planos de cargos para órgãos do Executivo, incluindo auditores fiscais de diversos órgãos.

MP 304/06 - Cria o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, regulamenta carreiras de meio ambiente e aproveitamento de servidores de antigos territórios.

MP 305/06 - Fixa subsídios para carreiras de procurador da Fazenda Nacional, advogado da União, defensor público da União, pro-

curador do Banco Central, policial federal e policial rodoviário federal.

MP 306/06 - Aumenta salários de carreiras militares.

MP 307/06 - Aumenta os subsídios de policiais militares e de bombeiros do DF. (*)

MP 308/06 - Aumenta os subsídios na carreira da Polícia Civil do DF. (*)

MP 309/06 - Institui planos

de cargos e salários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

(*) As MPs eram necessárias porque a União é responsável constitucionalmente pelo custeio e manutenção da segurança pública do DF.



Presidência

Diretor do Bird visita Senado

O diretor do Banco Mundial (Bird) para o Brasil, John Briscoe, disse, após reunião com Renan Calheiros, na segunda-feira, que o limite de empréstimos a países com governos envolvidos em corrupção anunciado pelo banco não vai atingir o Brasil, pois o país “está em processo de combate a essas práticas, com a participação inclusive dos próprios governantes”.

Índios pedem mudanças

Líderes indígenas reuniram-se na quarta com Renan Calheiros para solicitar mudanças nas delimitações geográficas sobre as quais está organizado o subsistema de saúde indígena, e a reformulação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles ainda manifestaram apoio à criação de uma comissão parlamentar que analise a situação dos povos indígenas.

Tião Viana recebe presidente da Comissão da Bacia do Prata

O vice-presidente da Casa, Tião Viana, recebeu na terça-feira, em nome de Renan Calheiros, o armador Horacio López, presidente da Comissão Permanente de Transportes da Bacia do Prata. López pediu ao vice-presidente

apoio para o projeto destinado a intensificar o aproveitamento da hidrovia Paraguai-Paraná, na integração sul-americana, em benefício do Mercosul. Tião Viana prometeu enviar esforços para que as obras sejam executadas.



GERALDO MAGELA

O presidente do Senado, Renan Calheiros (E), compôs a mesa que deu posse ao novo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Guilherme Palmeira (segundo, à esquerda), na última terça-feira. Entre outras autoridades, compareceram à solenidade a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; o 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, José Thomaz Nonô, representando a Câmara; e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, representando o Poder Judiciário.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Máfia das ambulâncias – O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) será ouvido a respeito das acusações que o envolvem com a máfia das ambulâncias, também conhecida como esquema dos sanguessugas.

14h – Estão previstos os depoimentos de Hazenclever Lopes Cançado, chefe de gabinete do senador Magno Malta (PL-ES) – também acusado de participação na máfia das ambulâncias – e José Luiz Cardoso, que seria proprietário do veículo que Malta recebeu do deputado Lino Rossi (PP-MT), que, por sua vez, teria feito a entrega a pedido dos sócios da empresa Planam, Luiz Antônio Trevisan Vedoin e seu pai, Darci.

15h – O Conselho de Ética promove a reação entre Luiz e Darci Vedoin, Paulo Roberto Ribeiro e Ivo Marcelo Spínola da Rosa. Paulo Roberto Ribeiro é genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e foi acusado de receber R\$ 35 mil em nome da parlamentar, no âmbito do esquema dos sanguessugas. Ivo Marcelo Spínola da Rosa, genro de Darci Vedoin, também é suspeito de participar das fraudes.

Plenário

SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo *Jornal do Senado* durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas frequentes dos cidadãos relacionadas ao tema.

COMISSÕES Sufrágio aberto para processos que envolvem perda de mandato passa na CCJ e segue para o Plenário



Simon, César Borges, Motta e Cavalcanti participam de reunião da Comissão de Justiça, presidida por Antonio Carlos. Renan Calheiros (D) aplaude decisão do colegiado

Deputados decidem abolir votação secreta

Com 383 votos a favor, nenhum contrário e 4 abstenções, o Plenário da Câmara aprovou na semana passada, em primeiro turno, o fim do voto secreto em todas as sessões no Congresso. O texto é resultado de uma série de propostas de emenda à Constituição (PECs) aglutinadas na PEC 349/01, do deputado Luiz Antônio Fleury Filho (PTB-SP).

A medida vale para as eleições das Mesas diretoras da Câmara e do Senado; derrubada de veto presidencial; cassação de mandato parlamentar; e indicações, pelo presidente da República, de ministros dos tribunais superiores, embaixadores e diretores do Banco Central, entre outras.

A PEC ainda precisa ser votada em segundo turno pelos deputados antes de ser enviada ao Senado, onde também

precisa de duas deliberações para ser acolhida. Se houver emenda, terá que retornar à Câmara, o que poderá ocorrer caso se confirme a disposição de lideranças do Senado de retirar da medida o voto secreto para eleição das Mesas diretoras. Na Câmara, emenda nesse sentido foi retirada de votação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se declarou favorável ao voto aberto para algumas votações, como a de cassação de parlamentares. Para Renan, o voto aberto seria a melhor forma de a sociedade acompanhar como votam seus representantes, mas, alertou ele, facilitará o controle do poder político pelo poder econômico.

– O assunto é polêmico. Quando a proposta chegar da Câmara, daremos a maior celeridade possível à votação – disse.

Senadores alertam para riscos de constrangimentos

Antes mesmo de chegar ao Senado, a emenda que acaba com o voto secreto indistintamente para todas as votações no Congresso já encontra adversários. Da tribuna, na semana passada, Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou a decisão da Câmara, mas ponderou que as votações de vetos presidenciais, de nomes de autoridades e para eleição das Mesas da Câmara e do Senado deveriam continuar secretas. Em sua opinião, isso evitará que os parlamentares sejam constrangidos pelo Executivo ou por lideranças partidárias.

A PEC do voto aberto deverá ser aprovada em segundo turno pela Câmara em outubro, quando, então, será enviada ao Senado. Alvaro Dias sugeriu aos líderes que aprovem regime de

urgência para a emenda.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) concorda com o fim do voto secreto para processos disciplinares contra parlamentares, mas não para vetos e eleição das Mesas do Congresso.

– Voto aberto para tudo, como foi aprovado na Câmara, é um crime. O que se quer fazer é o princípio da ditadura, que o Lula deseja implantar no Brasil – acredita ACM, que foi apoiado por Heráclito Fortes (PFL-PI).

O senador Sibá Machado (PT-AC), por sua vez, lembrou que o Plenário rejeitou há algum tempo proposta de emenda constitucional de Tião Viana (PT-AC) que também acabava com o voto secreto.

– É preciso examinar com cautela o assunto – recomendou.

CCJ aprova voto aberto em processo de cassação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a adoção do voto aberto em processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar, conforme substitutivo apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à Proposta de Emenda à Constituição 38/04, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). A matéria vai a Plenário.

De acordo com o substitutivo, o voto secreto continuará a ser utilizado na votação de algumas matérias cuja análise é atribuição exclusiva do Senado, a exemplo da aprovação da escolha de

magistrados (nos casos em que a Constituição exige); ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República; presidente e diretores do Banco Central; e procurador-geral da República. O voto secreto também continuará a ser adotado na apreciação de vetos presidenciais e na eleição da Mesa diretora.

Na avaliação de Arthur Virgílio (PSDB-AM), a adoção do voto aberto nas competências privativas do Senado poderia colaborar

para a dissolução da instituição. Antes que os parlamentares deliberassem sobre a PEC 38/04, Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu

o desmembramento da matéria, de forma que a CCJ aprovasse imediatamente a adoção do voto aberto nas questões disciplinares e deixasse para avaliação posterior

a adoção da mesma forma de votação na análise das matérias que são de atribuição do Senado, como previa o texto original da proposta.

Mudança não inclui exame de indicações, vetos e eleição da Mesa

Prática teve origem no século 17

O texto constitucional de 1988 define diversas situações em que as duas Casas do Congresso Nacional devem deliberar por meio de votações secretas. O caso mais notório atualmente é, por causa dos recentes escândalos políticos, o de pedidos de cassação de mandato parlamentar. Porém, outras votações, como a eleição dos membros das Mesas diretoras, a aprovação de nomes indicados

A monarquia absolutista era o regime dominante no mundo

pelo presidente da República para tribunais superiores, embaixadas ou diretorias do Banco Central, também são decididas dessa forma. Da mesma maneira, só que em sessão conjunta, o Congresso Nacional deve votar secretamente os vetos do Executivo às leis aprovadas.

O voto secreto não é uma invenção dos legisladores brasileiros. Ao contrário, sua origem histórica é anterior à própria República no país, pois remonta à Inglaterra do século 17. Nessa época, o sufrágio secreto dos representantes populares era

considerado uma garantia de preservação do interesse público nas votações das Casas legislativas.

Afinal, a monarquia absolutista era ainda o regime dominante na grande maioria das nações e os governantes despóticos exerciam, sem qualquer escrúpulo, forte pressão política e econômica sobre os mandatários do povo. Em muitas nações modernas, mesmo nas democráticas, esse tipo de pressão dos governantes

permanece existindo.

Existem, portanto, fortes razões históricas que justificam a inclusão, desde a primeira Constituição do Império, do voto secreto nas decisões congressuais. Não sem oposição, é verdade.

Lideranças como Rui Barbosa, por exemplo, sempre condenaram essa opção, por considerarem que ela era antagônica à transparência e à publicidade nos atos dos eleitos.

Para grande parte da opinião pública, no entanto, um instrumento que teve origem no escudo protetor da atividade parlamentar (como a inviolabilidade do mandato) se converteu, em casos de processos de quebra de decoro, em uma estratégia de defesa de interesses corporativos e acobertamento de atitudes e práticas incompatíveis com a moralidade pública.

Okamoto deve prestar novo depoimento

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, deve prestar um novo depoimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), logo após as eleições. É o que determina requerimento dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Tasso Jereissati

(PSDB-CE), aprovado pela comissão. Os autores do requerimento argumentam haver contradições entre o depoimento prestado anteriormente à CCJ por Okamoto e declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista recente ao *Jornal Nacional*, da Rede

Globo. O presidente do Sebrae admitiu ter quitado dívida de Lula, então candidato do Partido dos Trabalhadores, sem o conhecimento deste. Na entrevista, o presidente da República afirmou que deixou a critério de Paulo Okamoto a decisão sobre a quitação do débito, no valor de aproximadamente R\$ 29 mil.



CCJ aprova pedido de esclarecimento sobre contradição entre declarações dadas por Okamoto e pelo presidente Lula

PLENÁRIO Distribuição gratuita de remédio para portador de diabetes está entre as decisões da semana passada

Proibição a penhor de tratores segue para a Câmara

Após ter sido aprovado em Plenário, na quarta-feira, segue para a Câmara o substitutivo ao projeto do Senado (PLS 141/99) que acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil estabelecendo a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pela proposta, ficam livres do risco de penhor máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto nos casos em que esses bens tenham sido adquiridos por financiamento e dados em garantia à operação de crédito ou estejam vinculados a dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

Acolhida programação monetária para o terceiro trimestre

A programação monetária do governo federal para o terceiro trimestre deste ano recebeu a aprovação dos senadores, em decisão plenária na terça-feira, cumprindo o que determina a lei. Com o câmbio flutuante e uma política monetária baseada em metas de inflação, o mecanismo de controle da expansão da moeda em circulação perdeu importância.

Atenta a essa mudança, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que muda a Lei 9.069/95 (Plano Real), prevendo novas formas de elaboração da programação monetária. A proposta será submetida ao Plenário.

A programação monetária teve parecer favorável da relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), que diz ser “tênue no curto e no médio prazos” a correlação entre a quantidade de moeda e a inflação.

Assim, afirma, os bancos centrais “vêm abandonando o controle de agregados monetários como instrumento de política monetária” em favor das taxas de juros. Ideli pondera que os juros são instrumento “mais efetivo para cumprimento das metas de inflação”.

Plenário ratifica acordos do Brasil com a China e a França

O Plenário ratificou na quarta-feira dois acordos internacionais de cooperação com a China e a França. Com a China, o Brasil comprometeu-se com o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infra-estrutura de construção. Já com a França, o governo brasileiro firmou acordo em 2005 para a cooperação na área de aeronáutica militar.

Relator do acordo Brasil-China, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que a matéria tem uma “relevância especialíssima” para o Rio Grande do Sul, pois representa a recuperação do setor carbonífero daquele estado.

– O Rio Grande do Sul é o maior produtor de carvão mineral do Brasil, com mais de 90% das reservas, e esse acordo permite uma recomposição no setor termoeletrônico do estado no que se refere à produção de energia elétrica não apenas para o Brasil, mas também energia elétrica para o Uruguai – avaliou o parlamentar.



No último período de esforço concentrado antes das eleições, senadores votam em Plenário diversos projetos em pauta

Senado aprova sistema de segurança alimentar

O Senado Federal aprovou na terça-feira projeto de iniciativa da Presidência da República que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o objetivo de “assegurar o direito humano à alimentação adequada”.

O Sisan é um conjunto de políticas, planos, programas e ações que deverão envolver o poder público e a sociedade de civil. A adoção dessas políticas, de acordo com a proposição (PLC 81/06), levará em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

O texto define segurança alimentar e nutricional como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem compro-

meter o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

Os critérios que irão reger o Sisan serão definidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A matéria vai à sanção.

Portador de diabetes terá medicamento de graça

Emenda da Câmara que dispõe sobre distribuição gratuita de medicamentos e material necessário à sua aplicação e ao monitoramento da glicemia capilar de portador de diabetes inscrito em programa de educação para diabéticos foi aprovada pelo Senado. O projeto (PLS 597/99) vai à sanção presidencial.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ressaltou a importância da medida

pelos benefícios que trará aos portadores de diabetes, que terão acesso a uma cesta básica de medicamentos e aos equipamentos necessários para o controle da doença. Ideli comparou os benefícios àqueles obtidos com o programa brasileiro de combate à Aids.

– Isso será feito a partir de um programa de educação para que os diabéticos tenham conhecimento da situação em

que vivem – explicou a senadora.

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que é médico, também elogiou a aprovação da matéria e afirmou que a proposta garante o tratamento pré-hospitalar, evitando, assim, milhares de internações e prejuízos aos cofres públicos que elas acarretam. Ele disse ainda acreditar que a inovação tecnológica irá eliminar a doença.

Mudanças nas carreiras do serviço público federal

A Medida Provisória 295/06, que reestrutura diversas carreiras do serviço público federal, foi acolhida na terça-feira pelo Plenário do Senado. A matéria segue para promulgação. Entre as carreiras contempladas pela MP estão a dos docentes do magistério de ensino superior e de 1º e 2º graus, de especialista do Banco Central, além de diversas carreiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Plenário aprovou ainda projetos da Câmara (PLC 8/05), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõem sobre funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e no TRT da 8ª Região. As matérias vão à sanção presidencial. Aprovado também projeto (PLC 95/06) que concede aumento de 15% aos servidores do Tribunal de Contas da União. Em vez de retroagir a novembro de 2004, como previsto no projeto original, o reajuste vai ser pago a partir de janeiro de 2006. A matéria vai à sanção presidencial.

Os senadores acolheram ainda proposta (PLC 96/06) que reestrutura a carreira dos servidores do Ministério Público da União. O texto, que prevê aumento de salário dos funcionários, vai à sanção.

Novas regras para funcionamento do Conselho Nacional de Justiça

Projetos da Câmara que regulamentam aspectos do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle do Poder Judiciário, foram aprovados pelo Plenário do Senado na quarta-feira. As duas matérias seguem para sanção do presidente da República.

O PLC 98/06, de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelece o valor das remunerações para os conselheiros. Já o PLC 99/06, também de iniciativa do STF, cria órgãos de apoio ao conselho.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) proferiu em Plenário pareceres favoráveis aos dois projetos, em substituição a parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pelo PLC 98/06, os membros do conselho terão remuneração igual à dos ministros dos tribunais superiores. Os membros indicados pelo STF, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) manterão os subsídios que já recebem nos respectivos tribunais, sem acréscimos. Os demais integrantes (provenientes do

Poder Judiciário e do Ministério Público ou que exerçam cargos na administração pública) receberão, se for o caso, a diferença entre a remuneração como membro do CNJ e seus salários nos órgãos de origem. Conforme o projeto, os conselheiros terão direito a passagens e diárias equivalentes às pagas a ministro do STJ.

Pelo PLC 99/06, o CNJ contará com o auxílio de uma secretaria para realizar trabalhos administrativos (com quadro próprio de pessoal) e de um Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ). A função do DPJ será o desenvolvimento de estudos sobre questões jurisdicionais, o diagnóstico de problemas e o fornecimento de subsídios técnicos para a elaboração de políticas judiciárias.

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela emenda constitucional da reforma do Judiciário, no final de 2004, e é composto por 15 conselheiros. Instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília, é presidido por ministro indicado pelo STF. O CNJ funciona atualmente no edifício Anexo II do STF, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Projetos fixam remuneração de conselheiros e criam órgãos de apoio

PLENÁRIO

Parlamento do Mercosul é confirmado pelo Senado

Vão a sanção presidencial dois projetos de decreto legislativo aprovados na semana passada pelo Senado, melhorando as condições de funcionamento do Mercosul. O PDS 409/06 trata da integração e funcionamento do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). Já o PDS 410/06 aprova o texto de constituição do Parlamento do Mercosul.

O texto do protocolo constitutivo do novo parlamento foi assinado pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O documento foi celebrado em Montevideu, no dia 9 de dezembro do ano passado.

O relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), apresentou parecer favorável às duas matérias.

A rápida aprovação pelo Congresso do protocolo constitutivo na última terça-feira poderá permitir que a sessão inaugural do novo órgão coincida com o final da 16ª Cúpula Ibero-Americana, que reunirá 20 chefes de Estado e de governo em Montevideu,



Primeira sessão do novo órgão poderá ser realizada após Cúpula Ibero-Americana, em novembro

de 3 a 5 de novembro. A previsão é de Zambiasi, que ajudou a compor o acordo político para acelerar a tramitação.

Falta aprovação final da Argentina e do Uruguai

Criado em dezembro de 2005, durante reunião do Conselho do Mercado Comum, o parlamento é definido pelo protocolo constitutivo como órgão de representação dos povos do bloco, "independente e autônomo", que passa a integrar a estrutura institucional do Mercosul.

Entre as suas competências estão as de emitir declarações, recomendações e relatórios sobre o processo de integração e efetuar pedidos de informação aos órgãos decisórios e consultivos do Mercosul.

A proposta de se realizar a sessão inaugural do novo parlamento logo após a Cúpula

Ibero-Americana foi aprovada na reunião da CPCM promovida em julho na cidade argentina de Córdoba. O funcionamento efetivo do Parlamento do Mercosul seria uma espécie de gesto político destinado a fortalecer o bloco econômico, no momento em que se encontrarão na capital uruguaia líderes de todos os países latino-americanos, além de Portugal e Espanha.

Para que isso ocorra, será necessária ainda a aprovação final do protocolo pela Argentina e pelo Uruguai, onde parlamentares de oposição têm criticado a atual condução do bloco econômico. No Parlamento do Paraguai ele já foi aprovado.

– O gesto brasileiro talvez seja o motor que irá alavancar a discussão do tema nos dois países que ainda precisam aprovar o protocolo – disse Zambiasi.

Na opinião do presidente da

CPCM, isso pode ser facilitado pelo rápido andamento da proposta de criação do Focem, já que, a seu ver, o novo fundo deverá acelerar o crescimento dos dois países que têm as menores economias – o Uruguai e o Paraguai – e reduzir o peso de políticos contrários à condução do processo de integração.

Os dois projetos foram acatados na terça-feira pela Câmara dos Deputados depois da liberação da pauta com a votação de 20 medidas provisórias. Os textos seguiram imediatamente para o Senado, onde foram apreciados como itens extrapauta, 40 minutos depois.

– A aprovação do Focem era ansiosamente aguardada pelo Uruguai e pelo Paraguai e também pode ser interpretada como um gesto concreto do Brasil em apoio às economias desses dois países – acredita Zambiasi.



Zambiasi ajudou a compor acordo político para acelerar a tramitação do protocolo

Fundo estimulará economias menores

O desenvolvimento das duas menores economias do Mercosul – Uruguai e Paraguai – receberá novo estímulo a partir da implantação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) do bloco.

Juntos, os dois terão direito a 80% dos recursos do novo fundo, que se destina a “desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas do bloco”, o que permitirá reduzir as “assimetrias” do processo de integração.

Os recursos à disposição do Focem virão de contribuições anuais não-reembolsáveis dos

Estados-parte. Serão US\$ 100 milhões por ano, a serem fornecidos principalmente pelos dois países com maiores economias. O Brasil contribuirá com 70% dos recursos do fundo e a Argentina, com 27%. Caberá ao Uruguai 2% do total, e o Paraguai ficará responsável por 1%.

Os US\$ 100 milhões anuais serão alcançados apenas no terceiro ano de funcionamento efetivo do fundo. No primeiro ano, será depositado por cada país o equivalente a 50% do valor estimado. No segundo ano, a proporção sobe para 75%.

O Paraguai deverá receber 48% dos recursos destinados ao Focem. O Uruguai terá 32%,

enquanto Argentina e Brasil disporão, cada um, de 10%. Durante os primeiros quatro anos, os recursos do fundo serão destinados prioritariamente ao Programa de Convergência Estrutural, que deverá privilegiar, no mesmo período, obras de infra-estrutura destinadas a facilitar o processo de integração.

Ao início de cada semestre, o parlamento deverá receber programa de trabalho da presidência *pro tempore* do Mercosul, com os objetivos e prioridades definidos para o período e, ao final do semestre, a presidência *pro tempore* deverá submeter ao parlamento um relatório sobre as atividades realizadas.

Implantação do novo órgão deve ocorrer gradualmente até 2014

O processo de implantação do Parlamento do Mercosul começa este ano e deve ocorrer, gradualmente, até 2014. Após duas etapas de transição, tomarão posse em 2015 parlamentares eleitos no mesmo dia em cada um dos países do bloco.

Durante a primeira etapa da transição, de 31 de dezembro de 2006 a 31 de dezembro de 2010, o parlamento será integrado por 18 representantes de cada componente do bloco indicados pelos respectivos congressos nacionais. Os critérios para a composição definitiva, com peso específico para cada país de acordo com a sua população,

serão definidos até o fim do próximo ano.

Na segunda fase, de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, os parlamentares terão sido eleitos segundo a agenda eleitoral do Estado-parte. Ou seja, as datas de escolha dos integrantes do parlamento ainda não serão coincidentes.

Até o final de 2014 serão realizadas as eleições comuns para a escolha dos parlamentares que tomarão posse em 2015, já concluídas as etapas de transição. A data das eleições comuns, a ser definida até 2012, será conhecida como Dia do Mercosul Cidadão.

PLENÁRIO

Cidadão de Taiwan poderá obter visto

O governo brasileiro poderá conceder visto temporário a estrangeiros portadores de documentos de viagem emitidos por países cujos governos não são reconhecidos pelo Brasil, como Taiwan. A medida consta de projeto aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Apresentado pelo então senador Moreira Mendes, o projeto (PLS 3/02) foi acolhido pela comissão inicialmente em outubro de 2003, na forma de substitutivo elaborado pelo relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

– O projeto vai ajudar a solu-

cionar pendências que surgem nas relações com países como Taiwan – celebrou Romeu Tuma (PFL-SP), ao lembrar o potencial econômico da ilha, considerada pela República Popular da China como parte de seu território.

De acordo com o texto, o governo brasileiro poderá conceder visto temporário de até 90 dias aos estrangeiros provenientes de países não reconhecidos pelo Brasil, que valerá para viagens de negócios e turismo e missões comerciais ou econômicas.

A CRE também acatou parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 89/06, que revoga dois

decretos-leis de 1945 que regulavam os casos de invalidez e de incapacidade física nas Forças Armadas.

A comissão acolheu ainda pareceres favoráveis às indicações de dois embaixadores. Tomas Maurício Guggenheim – cuja indicação teve como relator *ad hoc* o senador Aelton Freitas (PL-MG) – deverá inaugurar a embaixada brasileira nas Bahamas. E Josal Luiz Pellegrino – que teve a mensagem relatada por Roberto Saturnino (PT-RJ) – reabrirá a embaixada brasileira na Zâmbia. As duas mensagens serão analisadas em Plenário.

Tião Viana teme constrangimento para acreanos

A tensão em que vivem as populações instaladas na área de fronteira entre o Acre e a Bolívia, especialmente após a determinação do governo de Evo Morales de redefinir a situação fundiária naquele país, motivou pedido de alerta de Tião Viana (PT-AC). O senador teme que brasileiros possam sofrer constrangimentos e comparou a situação com a dos 70 mil bolivianos que vivem ilegalmente em São Paulo. Para ele, não há motivo para conflito entre países “irmãos”.

Alvaro critica medidas adotadas pela Argentina

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo argentino por adotar medidas que, na sua opinião, inviabilizam o desenvolvimento da região da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, e comprometem o Mercosul. Alvaro disse que a Argentina criou uma taxa de cinco pesos para turistas que deixem o país pela Ponte Tancredo Neves, e adotou cobrança diferenciada no preço do combustível para estrangeiros que entram na Argentina por aquela área de fronteira.

COMISSÕES Projeto acatado pela CAS proíbe contratação por licitação de envolvidos com exploração de trabalhadores

Novas medidas contra trabalho escravo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável a proposta de Ana Júlia Carepa (PT-PA) que, segundo ela, busca “preencher uma lacuna legislativa para ajudar o governo no combate ao trabalho escravo ou em restrição da liberdade”. O projeto proíbe a concessão de financiamentos e a participação em licitações de pessoas físicas ou jurídicas condenadas em última instância por conduta que implique submissão de alguém à condição de trabalho degradante. Entre outras medidas, a proposta (PLS 207/06) prevê multa às instituições que concederem os empréstimos, e torna nulos os contratos firmados pelos condenados vencedores de licitações. Relatado por Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Também foi aprovada proposição que incluí o câncer de próstata entre as atividades básicas do Programa de Atenção Integral à Saúde. Pelo projeto (PLS 34/05),



Valadares (E) preside reunião da CAS que aprovou projeto de sua autoria para ampliar combate ao câncer de próstata

de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e relatado por Augusto Botelho (PDT-RR), as secretarias de Saúde ficarão à disposição dos homens acima de 50 anos para exames de detecção precoce da doença. A CAS decidiu ainda pedir às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer sobre projetos que estendem a portadores de hepatite

crônica (PLS 330/04) e da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar (PLS 67/05), os benefícios garantidos a portadores de Aids e outras doenças contagiosas ou incuráveis.

A votação da proposta que prevê pagamento de seguro-desemprego ao pescador artesanal no período do defeso (proibição temporária da pesca para reprodução dos cardumes) foi adiada.

CAS aprova fundo de amparo a servidores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a PEC 59/05, de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e subscrita por outros parlamentares, que permite a aplicação direta dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) pelos estados e municípios. A proposição visa criar, em cada uma das unidades

de governo do país, o Fundo de Amparo aos Servidores Públicos, destinado, entre outros fins, à formação e requalificação profissional de servidores públicos. A proposta foi relatada por João Batista Motta (PSDB-ES) e ainda será apreciada em Plenário.

A comissão também aprovou requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) que solicita à Casa

Civil da Presidência da República informações e notas fiscais referentes à utilização de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003. A CCJ rejeitou requerimento similar de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR), que solicitava as mesmas informações ao Tribunal de Contas da União. Jucá disse que vai recorrer da decisão ao Plenário.

Projeto reduz a burocracia para abrir e fechar empresas

Parecer favorável ao projeto que racionaliza o processo de abertura e fechamento de empresas, ao mesmo tempo em que regulamenta dispositivo inserido pela Emenda Constitucional 42/03, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a matéria ainda será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 415/05), de acordo com o relator, senador Juvêncio

cam a baixa da inscrição.

A matéria prevê a integração de todos os órgãos do governo envolvidos no processo de abertura de empresas, entre elas as juntas comerciais, os cartórios de registro de pessoas jurídicas, o corpo de bombeiros e a vigilância sanitária.

Emenda apresentada por Juvêncio estabelece que a Secretaria da Receita Federal habilitará

órgãos da Secretaria da Receita Previdenciária e das secretarias de Fazenda estaduais como agentes operacionais do Cadastro Nacional

de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com competência para promover a inscrição ou a baixa de contribuintes.

Também na semana passada a CCJ deu parecer favorável ao substitutivo de César Borges (PFL-BA) a projeto que regulamenta a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV. A proposta (PLC 59/03), de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), será encaminhada para análise da Comissão de Educação.

Regionalização da produção de rádio e TV recebeu parecer favorável da CCJ

Audiência debate meia-entrada estudantil

Uma lei federal que regulamente a meia-entrada em espetáculos artísticos e eventos culturais foi defendida na terça-feira tanto pelos representantes das entidades estudantis como pelos dirigentes de associações empresariais que participaram de audiência pública na Comissão de Educação (CE). Segundo eles, o governo precisa definir a fonte de custeio do benefício, como forma de assegurar a manutenção da meia-entrada e impedir prejuízos para produtores culturais.

A audiência, realizada por

requerimento de Roberto Saturnino (PT-RJ), contou com a participação dos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta; da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, Lúcio dos Santos; e da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex, Valmir Fernandes. Participaram ainda o tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Ismael Cardoso, e o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artís-

ticos, Ricardo Chantilly.

Dois projetos sobre o assunto encontram-se na pauta da CCJ. O primeiro, da senadora licenciada Marina Silva, institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos (PLS 92/96). O relator é Demostenes Torres (PFL-GO). O outro, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), reserva ingressos em espetáculos a professores e alunos da rede pública de ensino básico (PLS 264/02), e tem César Borges (PFL-BA) como relator.

Sessão pode celebrar Dia da Ciência pela Paz

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento de Flávio Arns (PT-PR) com o objetivo de dedicar a hora do expediente da sessão de 8 de novembro à comemoração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. A proposta será submetida ao Plenário. Celebrada pela Or-

ganização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no dia 10 de novembro, a data tem a finalidade de fortalecer a preocupação pública com o papel da ciência para as sociedades sustentáveis e pacíficas.

Também foi aprovado outro requerimento do senador propondo a produção de um vídeo

institucional para exibição pela TV Senado durante as comemorações. O vídeo, disse Arns, deve mostrar as atividades da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que deverá oferecer apoio às comemorações promovidas pela Unesco para promover a solidariedade nacional e internacional em direção a uma ciência compartilhada entre os países.

Paim apresenta relatório preliminar sobre mínimo

O relatório preliminar da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo foi apresentado na quarta-feira por Paulo Paim (PT-RS). O senador disse que, logo depois das eleições, vai realizar as reuniões finais para aprovar o relatório e, em seguida, apresentar recomendações aos Poderes Legislativo e Executivo. Entre elas, citou a regra para o reajuste anual do salário mínimo, que não poderá ser inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB. O relatório recomenda ainda que os aposentados recebam o mesmo índice de correção de seus salários, uma vez que a perda acumulada em seus vencimentos está estimada, nos dias de hoje, em 70%. “Mas isso terá que ser compensado aos poucos”, admitiu Paim.

Comissão da Mulher Latino-Americana conclui trabalhos

A Comissão Especial da Mulher Latino-Americana 2005 aprovou, na quarta-feira, o relatório de Lúcia Vânia (PSDB-GO), com as conclusões dos seus trabalhos. No documento, a senadora diz que a comissão temporária cumpriu seus objetivos e recomenda a aprovação de proposições como a que trata do planejamento familiar; a que proíbe a exigência de atestados de gravidez e de esterilização para admissão em emprego; e a que concede incentivos fiscais às empresas que contratarem mulheres chefes de família. Segundo o relatório, 52% da população e do eleitorado brasileiros são do sexo feminino. Porém, as mulheres representam apenas 11,6% do total de vereadores, 10,5% dos deputados estaduais e 6,7% dos parlamentares federais.

Conselho de Comunicação Social estuda marco regulatório para o setor

A atualização das leis que regem as atividades de comunicação no país foi defendida pelo representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Evandro Guimarães, durante audiência pública na última segunda-feira

no Conselho de Comunicação Social (CCS) que discutiu o marco regulatório do setor. Para Guimarães, os dispositivos que normatizam atividades de radiodifusão devem estar separados da legislação sobre serviços de telecomunicações, a fim de não

prejudicar a adoção das inovações resultantes da convergência tecnológica e da implantação do sistema de televisão digital.

Dirigida pelo presidente do conselho, Arnaldo Niskier, a audiência contou com a participação do presidente do Grupo

Bandeirantes de Comunicação, João Carlos Saad, e dos conselheiros Roberto Wagner Monteiro e Paulo Tonet Camargo, coordenador e relator da Comissão do Marco Regulatório, instituída pelo conselho.

Na ocasião, Romeu Tuma

(PFL-SP) afirmou que a definição do marco regulatório no Brasil precisa levar em conta todas as categorias profissionais. Ressaltou que há setores interessados em controlar a comunicação e criar restrições ao trabalho da imprensa investigativa.

COMISSÕES

Banco cooperativo poderá ter acesso a verba do FAT

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto que permite aos bancos cooperativos o acesso a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sem a necessidade da utilização de intermediários financeiros (PLS 320/03). De autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a proposta visa quebrar o monopólio de bancos oficiais no repasse dos recursos do FAT.

A matéria altera a Lei 8.019/90 (que já altera a legislação do FAT), determinando depósito especial, remunerado e disponível para movimentação imediata também em bancos cooperativos, além das instituições financeiras oficiais federais. E a Lei 8.325/91 (que trata das disponibilidades financeiras do FAT), autorizando bancos cooperativos, além do Banco do

Brasil, a utilizarem os recursos para conceder empréstimos ao setor rural. O projeto foi relatado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RR). Flávio Arns (PT-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS) se manifestaram favoravelmente.

A matéria será submetida à análise da Comissão de Assuntos Econômicos, onde receberá decisão terminativa.

Outro projeto, de autoria do então senador Wellington Roberto, trata da anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e suas cooperativas e colônias, junto aos bancos do Nordeste do Brasil (BNB) e do Brasil (BB). De acordo com o texto do PLS 200/02, as dívidas sofrerão redução de 50% e o saldo devedor restante será refinanciado por dez anos, com três de carência, a uma taxa de juros de 3% ao ano.

Transparência para incentivo governamental

O Executivo deverá prestar informações à sociedade, de forma clara, sobre setores e regiões beneficiados por incentivos governamentais. Substitutivo a projeto nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em turno suplementar e em decisão terminativa (PLS 397/99). A proposta, do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi relatada por Eduardo Suplicy (PT-SP) e não recebeu emendas, como informa o presidente da CAE, Luiz Otávio (PMDB-PA). O projeto propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias e subsídios, previsto no artigo 165 da Constituição.

Aprovado crédito para transporte em Fortaleza

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou voto do relator favorável à contratação de operação de crédito externo no valor total de até US\$ 85,2 milhões para o financiamento parcial do programa de transporte urbano de Fortaleza.

A matéria foi relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a mensagem (215/06), que tramita em caráter de urgência, conforme aprovaram os senadores, vai a Plenário. A contratação do crédito será feita com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na modalidade de empréstimo em moeda, na qual incidem juros vinculados à Libor (taxa de juros cobrada pelos bancos londrinos) de três meses, mais despesas.

Raupp faz primeira reunião como relator do Orçamento

O relator do Orçamento da União para 2007, Valdir Raupp (PMDB-RO), fez quarta-feira a primeira reunião com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado, para discutir o encaminhamento do projeto orçamentário. Os dois devem se reunir com líderes na comissão no dia 4 de outubro, quando decidirão o valor das emendas parlamentares e o cronograma de votação.

Gilmar e Raupp acham viável votar o Orçamento até o Natal. O deputado pondera que, após as eleições, será possível o rápido exame de projetos, especialmente o Orçamento.



Raupp (C): Orçamento pode ser votado até o Natal. À direita, Gilmar Machado

Raupp pretende propor que o salário mínimo seja reajustado em 1º de abril para um valor acima dos R\$ 375 propostos pelo governo. Apesar de sugerir o aumento, ele acha que “o Orçamento está muito apertado”, pois a previsão do governo de que a economia crescerá 4,75% no próximo ano é, na opinião do senador, “um pouco elevada”, puxando para cima as receitas tributárias.

Trator isento de IPI para pequeno produtor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que cria o programa Trator Popular (PLS 568/99), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que assegura isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição desse tipo de equipamento por pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas.

Em tramitação no Senado desde 1999, a proposta de Simon garante o benefício na compra de uma única unidade, somente para tratores com potência entre 30 e 50 cavalos. Implementos adicionados pelo comprador não terão direito à isenção. O projeto foi acolhido em decisão terminativa, seguindo para exame na Câmara dos Deputados.

Simon, na justificativa da proposta, disse que seu propósito é assegurar legalmente um tratamento tributário diferenciado

ao produtor familiar na aquisição desse instrumento de trabalho. Ele observou que, atualmente, medidas em benefício desse segmento produtivo dependem sempre da “boa vontade” do governo, enquanto se generalizam políticas de proteção agrícola em países desenvolvidos e emergentes.



Proposta de Pedro Simon, que beneficia produtor familiar, foi aprovada pela CAE

Limite de endividamento da Transpetro

Na mesma reunião, os senadores da CAE discutiram a urgência para a votação da proposta do governo (PRS 49/06) que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a ampliar em R\$ 5,6 bilhões seu limite de endividamento. Heráclito Fortes (PFL-PI) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) que-

rem aprofundar a análise sobre a autorização, necessária para que a empresa possa contratar empréstimo junto ao Fundo de Marinha Mercante e para modernizar sua frota de navios.

A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, segundo deliberação do Plenário do Senado, que acolheu requerimento nesse sentido.

Devolução do IR no ano da declaração

Proposta que obriga o governo a devolver, no mesmo ano da declaração, o Imposto de Renda (IR) retido a mais foi aprovada na quinta-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos. O colegiado acolheu a iniciativa na forma de substitutivo do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a proposta de Rodolpho Tourinho (PFL-BA). No substitutivo, o governo fica dispensado da imposição quando o contribuinte entregar ou retificar a declaração do IR depois do prazo estipulado pela Receita Federal.

Ficam ainda de fora os contribuintes em cujas declarações

forem detectados indícios de irregularidades. Essa ressalva foi proposta pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), durante o debate da matéria (PLS 41/04). O relator declarou prejudicado projeto que tramitava em conjunto (PLS 131/04), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que estipulava em 60 dias o prazo máximo para a devolução do imposto pago a mais. Por se tratar de texto substitutivo, a proposta – aprovada em decisão terminativa – passará ainda por votação suplementar na comissão.

Tourinho, na justificativa do projeto, classifica a demora na

devolução do imposto recolhido a maior como um “autêntico empréstimo compulsório”. Em caso de atraso, ele previa a obrigatoriedade de pagamento de juro de mora de 1% ao mês, valor substituído por 0,33% ao dia, até o limite de 20%, no texto substitutivo.

A idéia original de Tourinho era obrigar a devolução a maior mesmo nos casos em que a declaração ficasse sob investigação fiscal. Mercadante alegou, no entanto, que não mais de 10% das declarações ficam retidas na malha fina e que a devolução antes do final do processo prejudicaria a investigação.

Maior de 75 anos pode ser isento do Imposto de Renda

Projeto que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) rendimentos percebidos por maiores de 75 anos foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. O projeto (PLS 313/03) é de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da comissão, e teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que apresentou duas emendas à matéria.

Pela proposta, estará isento do Imposto de Renda sobre quaisquer rendimentos percebidos o contribuinte que completar 75 anos. A exceção é para os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sujeitas à retenção definitiva do imposto na fonte.

O projeto determina também que o Poder Executivo faça estimativa da renúncia fiscal decorrente da medida e a inclua no demonstrativo regionalizado do efeito sobre

receitas e despesas resultante de isenções e benefícios fiscais.

A proposta inicial do autor fixava a idade para isenção em 80 anos, mas o relator apresentou emenda instituindo a idade de 75 anos.

– O projeto de lei mostra-se oportuno e conveniente, representando um complemento importante à recente aprovação do Estatuto do Idoso, uma vez que significa medida efetiva em favor do bem-estar dos contribuintes com idade avançada – argumentou Eduardo Azeredo, em favor da matéria.

O relator afirmou também que a proposta atenderá a um número muito reduzido de brasileiros, pois, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recentemente divulgada, a expectativa média de vida do brasileiro é de 71 anos de idade.

CAE rejeita regras para Orçamento e fundo ambiental

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou, na reunião de terça-feira, o projeto de lei que estabelecia a obrigatoriedade da execução do Orçamento nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como projeto que previa a instituição de incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

O projeto que trata da execução do Orçamento (PLS 84/06), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), teve como relator o senador Osmar Dias (PDT-PR), que deu parecer contrário à matéria. Os senadores aprovaram o parecer do relator, rejeitando o projeto. O outro texto (PLS 348/03), da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), teve como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que também optou pela rejeição da matéria e teve seu parecer aprovado.

FISCALIZAÇÃO Propostas de Luiz Otávio e Alvaro Dias visam monitoramento de binacionais com auxílio do TCU

Controle externo depende de mudanças na Constituição



Duas alterações na Constituição poderão ajudar a colocar um ponto final em uma celeuma que se arrasta há anos. Como evitar que empresas internacionais, alimentadas por recursos dos cidadãos brasileiros, atuem sem transparência em suas contas, em pleno regime democrático? Ou melhor, sem que o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão competente para auxiliar o Congresso a exercer esse controle, possa fiscalizá-las, como prevê a Constituição de 1988?

Apesar de ser o caso da Itaipu Binacional invariavelmente apontada pelos parlamentares e auditores federais como “uma caixa-preta”, concebida em 1973, no auge das ditaduras militares brasileira e paraguaia, as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) apresentadas recentemente não têm endereço certo. Tanto o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) quanto o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autores das PECs, confirmam que as mudanças, se aprovadas, não poderão atingir as binacionais já constituídas,

como Itaipu, a Companhia de Promoção Agrícola (Campo) – formada com os japoneses – e a que ainda está saindo do papel, a Alcântara Cyclone Space, formada com os ucranianos (*ver matéria ao lado*).

– Só podemos resolver daqui para frente. Com a globalização, cada vez mais temos parcerias como a de Itaipu. E não podemos ficar sem fiscalizá-las – argumenta Luiz Otávio, que confessa ter ficado surpreso quando, em 25 de maio último, durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o então presidente do TCU, Adylson Motta, chamou a atenção dos parlamentares para a falta de transparência nas contas da binacional. “Não se justifica, em tempos de democracia, um arcabouço jurídico próprio de regime ditatorial”, arremata Alvaro Dias.

As propostas formuladas pelos dois senadores são idênticas. Ambas alteram dois artigos da Constituição. A mudança mais importante, no inciso V do artigo

71, deixa claro que o controle externo pelo Congresso, com auxílio do TCU, deverá constar dos tratados constitutivos de empresas internacionais com participação da União. Por sugestão de Alvaro Dias, a outra modificação estabelece, no artigo 52, que os dirigentes e os conselheiros brasileiros

nessas empresas deverão ser sabatinados pelo Senado, como já determina a Constituição paraguaia.

As duas PECs estão tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o relator, César Borges (PFL-BA), avisou que é favorável às propostas. Em entrevista ao **Jornal do Senado**, o parlamentar adianta que pretende realizar audiência pública, principalmente para ouvir o Itamaraty e verificar se essas mudanças têm implicações internacionais. O seu relatório, acrescenta, só será apresentado após as eleições.

Outros apoios importantes às duas iniciativas já foram obtidos. Luiz Otávio conversou com os

presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e disse que há “grande aceitação” em relação às mudanças constitucionais. O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Roberto Saturnino (PT-RJ), também as defende.

– Toda empresa com capital governamental tem que ter controle externo. Só é preciso encontrar a fórmula de fazer isso. As PECs dão oportunidade para essa discussão – afirma ele.

Na avaliação de Saturnino, um dos senadores visitados em fevereiro pela comitiva do Parlamento paraguaio, que esteve em Brasília em busca de apoio a medidas que viabilizem a fiscalização das contas de Itaipu nos dois países – lá, a diretoria paraguaia nem sequer responde aos requerimentos de informações dos senadores e deputados –, as binacionais já constituídas deveriam se adaptar às mudanças que estão sendo propostas. Segundo ele, o caminho seria, por exemplo, um adendo ao Tratado de Itaipu, construído sob a égide da Constituição de 1967 e que não previa controle externo.

Parceria com ucranianos não prevê fiscalização

Apesar de todas as críticas em relação a Itaipu, o Brasil está formando mais uma binacional nos mesmos moldes jurídicos. Resultado de parceria com os ucranianos, a Alcântara Cyclone Space está saindo do papel sem qualquer previsão de fiscalização pelo TCU.

A Portaria 559 do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 4 de setembro, repete o modelo estatutário da Itaipu Binacional. Conforme explicação do presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Sérgio Gaudenzi, ainda é o único que pode servir de parâmetro para a constituição de uma binacional.

Ele diz que não recebeu nenhum apelo do TCU para incluir cláusula prevendo a fiscalização daquele órgão, além de lembrar a dificuldade de as binacionais optarem pela legislação de um dos parceiros. Mas pelo menos a nova binacional, com investimento previsto de US\$ 105 milhões para viabilizar o uso do veículo lançador Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, deve ter um conselho fiscal para examinar seus relatórios financeiros e fiscalizar os atos dos administradores. Iniciativa que o ex-presidente de Itaipu Euclides Scalco afirma que tentou, mas não conseguiu implantar na sua gestão.

Ações tramitam em marcha lenta no Supremo

A tentativa de investigar o que ocorre em uma das maiores hidrelétricas em operação no planeta, com um orçamento de US\$ 2,5 bilhões este ano e capacidade instalada de 12.600 megawatts – que suprem mais de 95% do consumo paraguaio e 24% do brasileiro, conforme o *site* da empresa –, também engajou o Ministério Público (MP) Federal em Foz do Iguaçu (PR). “Foram sete a oito anos de investigação”, diz o procurador Alexandre Porciúncula.

O MP propôs quatro ações civis públicas. Uma delas visava submeter Itaipu ao controle do TCU; outra pedia a observância da Lei de Licitações (8.666) nas compras brasileiras; a terceira determinava que as contratações de funcionários fossem por concurso público; e a última pretendia impedir o rebaixamento do enorme lago, exigindo estudo de impacto ambiental. Em todas, o MP obteve liminares, que foram cassadas.

O entrave maior, em sua avaliação, ocorreu quando o governo paraguaio entrou com um questionamento perante o Supremo Tribunal Federal, conseguindo transferir as ações para o próprio STF. “O Supremo está abarrotado de processos, o que torna mais lenta a tramitação”, lamenta.



Adylson Motta (E), Alvaro Dias e Luiz Otávio: opinião unânime sobre a necessidade de auditoria nas empresas binacionais

Órgãos fiscalizadores irão pressionar presidentes do Mercosul

Ao lado da crescente mobilização dos parlamentares, intensifica-se a articulação entre os órgãos oficiais de fiscalização dos países do Mercosul para pressionar em conjunto os presidentes do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Em outubro, haverá reunião entre os titulares desses órgãos, em Assunção, capital paraguaia, para fechar proposta conjunta que será levada a cada um desses chefes de Estado. O objetivo é viabilizar o controle externo de empresas como a Itaipu e a hidrelétrica de Yacyretá, formada por dinheiro público dos argentinos e dos paraguaios.

– Acertamos ir juntos nas audiências que serão solicitadas aos presidentes. A fiscalização das binacionais precisa ser incluída na pauta prioritária do Mercosul – informa o ex-presidente do TCU, Adylson Motta, que, como último ato de sua administração, participou em 18 de agosto, em Buenos Aires, capital argentina, de reunião das entidades de fiscalização superior dos três países: além do TCU, a Auditoria General de la Nación, da Argentina, e a Controladoria

General, do Paraguai.

Além de engajar o Uruguai nesse esforço, os titulares dessas entidades, segundo Motta, discutiram quais seriam os instrumentos jurídicos adequados para fiscalizar as empresas internacionais.

– As mudanças na Constituição alteram os futuros tratados constitutivos. Mas para os que já existem, como o de Itaipu, é necessário um adendo, que teria de ser negociado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso

– resume o ex-presidente do TCU, que se aposenta no cargo por ter completado 70 anos, tendo sido substituído pelo ex-senador Guilherme Palmeira, que assumiu na semana passada.

Motta esclarece que são necessárias auditorias financeira e operacional que possibilitem, por exemplo, fiscalizar contratos e ordens bancárias, “itens que espelham a vida dessas empresas”. No caso de Itaipu, exemplifica, não há como checar se os *royalties* repassados a estados e municípios, quase US\$ 3 bilhões desde 1985, “expressam realmente o que precisava ser pago”.

Alterações propostas não devem atingir empresas já constituídas

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

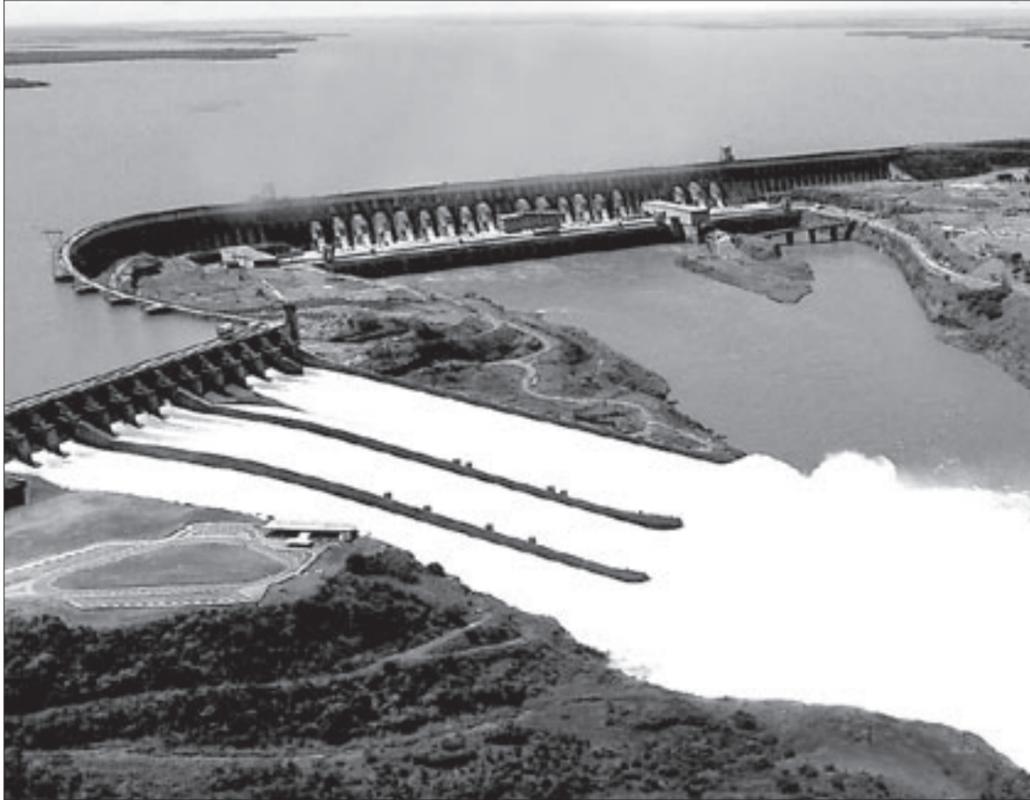
.....

.....

.....

FISCALIZAÇÃO Hidrelétrica de Itaipu, maior exemplo de empresa supranacional, não tem o controle do TCU

ITAIPU BINACIONAL



Itaipu: obra gigantesca na fronteira entre Brasil e Paraguai gerou 87,9 milhões de MWh em 2005

Em 1980, uma CPI que não funcionou



A primeira tentativa do Congresso Nacional de conhecer de perto o que era feito com os recursos da União que vão para os cofres da Itaipu Binacional data de 1980. O então deputado eleito pelo Paraná Nivaldo Krüger, integrante do recém-criado PMDB, conseguiu reunir, apesar da maioria governista, as assinaturas necessárias para aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara com o objetivo de investigar as aplicações do governo brasileiro na maior usina hidrelétrica do mundo.

Designado pela liderança do partido para acompanhar a execução orçamentária federal, o ex-deputado lembra que depois da resposta a um requerimento de informação constatou que Itaipu não prestava contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), e sim

apenas a uma comissão interna da própria empresa, que analisava suas contas, remetidas à Eletrobrás. “Naquela época não era muito fácil cumprir a missão de fiscalizador”, relata Krüger.

Ele conta que muitas denúncias chegavam informalmente, algumas vazavam de dentro da binacional. Uma delas, por exemplo, lançou suspeição sobre a grande frota de caminhões que transportava concreto adquirido em São Paulo, enquanto as usinas de concreto compradas por Itaipu permaneciam ociosas. Outra denúncia, citada por Krüger, foi formalizada pela Pastoral da Terra em Santa Helena, um dos municípios atingidos pela hidrelétrica, sobre os danos ambientais provocados pelo imenso reservatório, cujas obras da barragem foram concluídas em

1982, e a forma como os pequenos agricultores atingidos foram indenizados.

Embora a CPI não tenha saído do papel, a sua criação repercutiu tanto na imprensa que, segundo

Krüger, levou o então presidente de Itaipu, general Costa Cavalcanti, a procurá-lo. O encontro deveria ter sido na liderança do partido. Mas Krüger relata que o general preferiu um lugar discreto, que descharacterizasse qualquer conotação de que estivesse sendo intimado. O local escolhido foi a biblioteca da Câmara. No entanto, explicações mesmo foram poucas. Sobre o caso das compras e transporte do concreto paulista, “o general disse que os contratos já existiam quando assumiu a presidência da binacional”, lembra o ex-deputado.

“Naquela época não era muito fácil cumprir a missão de fiscalizador”

Ausência de controle externo atrapalha

A falta de transparência nas contas de Itaipu – segundo o procurador federal em Foz do Iguaçu (PR), Alexandre Porciúncula, não se tem acesso a informações simples, como o número de empregados na gigantesca binacional – transferiu o embate para as páginas da imprensa. Periodicamente surgem denúncias, tanto do lado brasileiro quanto do paraguaio, sobre supostas irregularidades praticadas pela binacional. Transtornos que poderiam ser evitados, na avaliação de dois ex-dirigentes da estatal.

– Se Itaipu fosse fiscalizada pelo TCU, a empresa teria mais tranquilidade. Casos como o do Laércio Pedroso, que falsificou documentos, seriam evitados – reconheceu Euclides Scalco ao

Jornal do Senado. Scalco esteve à frente da empresa durante o governo Fernando Henrique. No início do ano, em matéria publicada pela revista *IstoÉ*, Laércio contou como montou, nos dez anos em que lá trabalhou, um esquema milionário de caixa dois. A empresa negou a existência dessa contabilidade paralela, inclusive no direito de resposta que obteve na Justiça.

– Até me sinto mal de não ter algum tipo de controle. Gostaria demais de ser fiscalizado por órgãos como TCU ou Receita. Mas não é fácil, com uma empresa com as características de Itaipu – reagiu às denúncias Jorge Samek, o diretor-geral de Itaipu na administração Lula, atualmente licenciado. O **Jornal do Senado** solicitou à gerência de comunica-

ção da estatal a confirmação desse trecho da entrevista de Samek à *IstoÉ*. Não obteve resposta nem a esta nem a outras perguntas do questionário enviado há mais de três semanas.

Nas respostas à revista, Itaipu informa que possui vários mecanismos de controle e fiscalização, como auditorias interna e externa (esta, realizada por empresas brasileiras e paraguaias contratadas por licitação pública) e conselho de administração. Suas contas também seriam controladas pela Administración Nacional de Electricidad (Ande) paraguaia e pela Eletrobrás, e até mesmo para atendimento às rígidas normas impostas pela lei norte-americana Sarbanes-Oxley, que desde 2004 regula o lançamento de papéis naquele mercado.

Busca por transparência remonta aos primeiros anos

- Em 1980, é criada na Câmara dos Deputados a primeira CPI para investigar as aplicações feitas pelo governo brasileiro na Itaipu Binacional. Ela não saiu do papel (*ver matéria ao lado*). Tentativa semelhante de dois parlamentares paranaenses, no início dos anos 90, o ex-senador José Eduardo Vieira e o ex-deputado Deni Schwartz, acompanhando os congressistas paraguaios que montaram uma Comissão Bicameral de Investigação, também não prosperou.
- Em junho de 1995, o TCU se declara (Decisão 279/95) impossibilitado de cumprir o dispositivo constitucional que prevê o controle externo das contas nacionais das empresas supranacionais das quais a União participa, por não haver nenhuma cláusula no seu tratado constitutivo que as submetam a essa fiscalização.
- O então ministro Homero Santos recomenda no seu relatório, aprovado pelo Plenário do TCU, levar ao conhecimento dos presidentes da República e do Congresso que as normas estatutárias e regimentais de Itaipu precisam ser modificadas, em comum acordo com o governo paraguaio, para que a empresa possa ser fiscalizada.
- Em 1997, o TCU realiza auditoria na Eletrobrás para averiguar os controles que a *holding* estatal do setor elétrico exerce sobre a administração da binacional; o então ministro Carlos Átila conclui que eles possuem “um caráter informal e descontinuado, necessitando de aperfeiçoamentos”, o que requer entendimentos prévios entre os dois países.
- Naquele mesmo ano, segundo o TCU, a Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos do Ministério Público do Trabalho solicita fiscalização do tribunal para apurar irregularidades na contratação de empresa de engenharia.
- Em junho de 2001, o deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) apresenta o Projeto de Lei 4.859, atribuindo ao TCU competência para fiscalizar o cálculo, a distribuição e a aplicação dos *royalties* pagos por Itaipu a estados e municípios; o projeto recebeu em 2005 parecer favorável do deputado Francisco Dornelles (PP-RJ) e encontra-se parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.
- A Procuradoria da República no Paraná move ação civil pública e obtém liminar na 1ª Vara Federal em Foz do Iguaçu (PR) para habilitar o TCU a fiscalizar Itaipu; a decisão foi agravada pela binacional e a liminar acabou derrubada no TRF da 4ª Região.
- Em 2003, Haully apresenta outro projeto de lei (PL 1.204/03) que submete Itaipu à Lei de Licitações (8.666/93). O projeto também prevê que o TCU julgue as contas dos administradores da empresa e fiscalize a aplicação dos seus recursos. A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação e recebeu em 2005 parecer pela rejeição, elaborado pelo deputado Carlito Meres (PT-SC).
- O governo do Paraguai apresenta reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando que quem deveria julgar ações envolvendo Itaipu seria o próprio STF; a reclamação foi acolhida no Supremo, gerou liminar decidindo, segundo o TCU, que os processos referentes à fiscalização de Itaipu estão suspensos até o julgamento da causa apresentada pelo governo paraguaio.
- Em janeiro de 2006, o então presidente do TCU, Adylson Motta, encaminha documento ao presidente da República, solicitando entendimentos com o governo paraguaio para rever e modificar as normas estatutárias e regimentais da empresa, possibilitando que as entidades superiores de fiscalização dos dois países exerçam o controle externo sobre elas; e sugere que os próximos acordos internacionais incluam esse controle nos tratados constitutivos de supranacionais.
- Em 13 de fevereiro, comitiva suprapartidária com oito deputados paraguaios (10% do Parlamento daquele país) visita o Congresso em busca de apoio para realizar avaliações conjuntas das contas da binacional; estiveram com vários senadores e deputados, inclusive o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo.
- Em 5 de abril, o controlador geral da República do Paraguai, Octavio Augusto Airaldi, a exemplo do presidente do TCU, encaminha carta ao presidente daquele país, Nicanor Duarte Frutos, sugerindo adendo ao Tratado de Itaipu para possibilitar fiscalização pelos órgãos competentes dos dois países.
- No relatório final da CPI dos Correios, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) recomenda a revisão do Tratado de Itaipu para inclusão de cláusulas de controle e transparência na gestão dos recursos movimentados pela estatal e aprovação do PL 1.204/03, de Haully.
- Em maio, durante audiência na Comissão Mista de Orçamento, o presidente do TCU evidencia que não há fiscalização sobre as contas de Itaipu e solicita aos parlamentares providências para estabelecer o controle externo nas empresas supranacionais.
- Em 20 de junho, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) protocola proposta de emenda à Constituição (PEC 28/06) determinando que os tratados constitutivos de pessoas jurídicas de Direito Internacional que exerçam atividade econômica contenham dispositivo que garanta o exercício do controle externo pelo TCU.
- No dia 5 de julho, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresenta PEC de igual teor, com sugestão sua de que os dirigentes e os conselheiros dessas empresas sejam sabatinados pelo Senado, seguindo o que já ocorre na escolha dos diretores paraguaios de Itaipu.

AMBULÂNCIAS No Conselho de Ética, senador se defenderá da acusação de envolvimento em desvio de verbas

Suassuna será ouvido nesta terça-feira



O Conselho de Ética do Senado marcou para as 10h desta terça-feira reunião para ouvir o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O parlamentar deverá apresentar sua defesa e, se quiser, arrolar testemunhas a seu favor no processo disciplinar aberto para apurar quebra de decoro parlamentar por conduta incompatível com o cargo.

Suassuna é um dos três senadores que tiveram os nomes incluídos no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por haver indícios ou provas de participação na chamada máfia das ambulâncias. Os outros dois são Serys Shlessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES).

O pedido para ouvir Suassuna foi feito pelo relator do seu processo, senador Jefferson Péres

(PDT-AM). Ele lembrou que o parlamentar pela Paraíba pode optar por não apresentar nova defesa no conselho, alegando que a defesa prévia que apresentou por escrito já é suficiente como prova de sua inocência.

– Tenho de ouvir o acusado por último [depois dos dez depoimentos convocados para esta semana]. Fimido isso, apenas necessito de mais uma semana para apresentar meu parecer. Mas se ele [Suassuna] arrolar testemunhas de defesa, precisamos fazer um calendário – afirmou Jefferson Péres.

Para não atrasar os trabalhos do Conselho de Ética, o presidente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou que, se Suassuna arrolar testemunhas de defesa, elas também serão ouvidas na terça-feira.

Nenhum dos três senadores



Jefferson Péres (E), com João Alberto: depois de ouvir Suassuna, uma semana para apresentar parecer

investigados apareceu na reunião administrativa de terça-feira passada, embora todos tenham sido convidados. Serys e Magno Malta não têm ainda data prevista para

falar ao conselho.

A reunião foi convocada para que os relatores dos processos contra Serys, Magno Malta e Suassuna – respectivamente, os se-

nadores Paulo Octávio (PFL-DF), Demostenes Torres (PFL-GO) e Jefferson Péres – pudessem apresentar seus planos de trabalho em relação aos processos.

Senadores querem convocar Lino Rossi

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Demostenes Torres (PFL-GO) deverão solicitar à CPI dos Sanguessugas a convocação do deputado Lino Rossi (PP-MT) para explicar o empréstimo, ao senador Magno Malta (PL-ES), de um carro pertencente à Planam, empresa que seria o núcleo do esquema de venda de ambulâncias superfaturadas, pagas com dinheiro do Orçamento da União.

A decisão dos senadores foi anunciada na quarta-feira porque Rossi não compareceu para depor como convidado no Conselho de Ética do Senado. Além de Magno Malta, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Serys Shlessarenko (PT-MT) estão sendo investigados pelo conselho porque tiveram seus nomes incluídos no relatório da CPI dos Sanguessugas sob a acusação de terem participado da máfia das ambulâncias. Rossi também é acusado de envolvimento nas fraudes.

– O Conselho de Ética não tem

poder de convocar parlamentar, mas apenas convidar. Já uma comissão parlamentar de inquérito tem poder próprio de autoridade e pode fazer a convocação do deputado. Daí, nós podemos trazer a prova emprestada da CPI direto para cá – explicou Demostenes.

Para Tuma, o depoimento de Rossi é importante não só para explicar a questão do empréstimo do carro, mas também para esclarecer seu próprio envolvimento com a máfia das ambulâncias.

– Temos vários parlamentares [acusados pela CPI] pendurados na figura do Lino, porque ele é um dos principais elementos da infra-estrutura de toda essa quadrilha que se formou, pois teria sido um dos principais aliciadores de parlamentares no Congresso – afirmou Tuma, que também é corregedor do Senado.

Contra Magno Malta pesa uma acusação da quadrilha de que ele teria recebido um utilitário Fiat como pagamento pela elaboração

de emendas ao Orçamento para beneficiar a Planam. O senador se defende com o argumento de que o carro foi um empréstimo pessoal de Lino Rossi.

Em ofício enviado ao Conselho de Ética, Rossi declara que recebeu o carro por empréstimo de Darci Vedoin, um dos donos da Planam, e que o emprestou a Magno Malta, que o devolveu depois de um ano e meio de uso.

Acareação marcada para terça-feira

O conselho marcou para esta terça-feira acareação entre Darci Vedoin e Luiz Antônio Vedoin, sócios da Planam, e Paulo Roberto Ribeiro, genro de Serys, para dirimir contradições sobre recursos que ele teria recebido dos Vedoin em troca de emendas que seriam apresentadas por Serys. Participará ainda o genro de Darci Vedoin e funcionário da Planam Ivo Spínola. Todos depuseram no conselho na semana passada.

Maria da Penha diz que foi usada pelos Vedoin

A ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino afirmou que foi usada pela família Vedoin, apontada como líder do esquema de fraudes criado para utilizar recursos do Orçamento para a compra de ambulâncias superfaturadas. Ela falou em depoimento no Conselho de Ética na quarta-feira, como acusada de intermediar o esquema dentro

do ministério. Antes de trabalhar no órgão, Maria da Penha foi funcionária da Planam, empresa dos Vedoin.

A ex-assessora disse que era encarregada de cuidar do andamento de projetos no ministério, mas que jamais utilizou seu cargo para beneficiar a família Vedoin ou qualquer parlamentar. Afirmou ainda que recebia ligações de membros da família para saber o andamento de processos, mas que prestava “informações públicas e técnicas”.

– Fui usada pela família Vedoin. Eles disseram que me indicaram para o Ministério da Saúde, mas a minha ida para lá se deve ao meu trabalho de mais de 20 anos na área da saúde – explicou.

Maria da Penha negou que tenha ne-

gociado emendas com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ou com qualquer assessor do gabinete dele. Ela foi ouvida para subsidiar os trabalhos do colegiado na investigação dos processos disciplinares contra Suassuna, Magno Malta (PL-ES) e Serys Shlessarenko (PT-MT).

Em outra audiência, a assessora do Ministério da Saúde Marilane de Albuquerque disse que é sua função receber chefes de gabinete para prestar informações sobre o andamento de projetos de interesse dos parlamentares. Ela declarou que recebeu algumas vezes Marcelo de Carvalho, ex-assessor de Suassuna, e que uma única vez conversou pessoalmente com o senador, para prestar informações sobre o andamento de pedidos dele perante o ministério.

Carvalho é apontado pelos Vedoin como intermediário de Suassuna nas negociações com a quadrilha. O ex-assessor também foi ouvido pelo Conselho de Ética, em depoimento reservado.



Maria da Penha afirma que nunca negociou emendas com Suassuna ou assessores dele

Relatores divergem sobre depoimentos dos Vedoin

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) no Conselho de Ética, disse que o genro dela, Paulo Roberto Ribeiro, terá de explicar o cheque de R\$ 37,2 mil que recebeu da empresa Planam, alegadamente pelo fornecimento de equipamentos hospitalares.

De acordo com os depoimentos de Darci Vedoin e de seu filho Luiz Antônio, sócios da Planam (que comandavam um esquema de propinas a parlamentares para a venda a prefeituras de ambulâncias superfaturadas), na terça-feira passada ao conselho, Ribeiro recebeu ainda R\$ 35 mil em dinheiro vivo.

Para Paulo Octávio, deve haver cautela em relação às palavras dos empresários, uma vez que eles não apresentaram provas.

– Muitas vezes os senadores, ocupados que estão, não conseguem controlar o que fazem os assessores – disse Paulo Octávio.

O senador César Borges (PFL-BA) concordou:

– Devemos ter cuidado porque um mandato não é bobagem.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que os depoimentos dos Vedoin não trouxeram “acréscimo nem decréscimo” aos fatos já apurados.

Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo contra o senador Magno Malta (PL-ES), ressaltou que tanto o pai quanto o filho mencionaram um encontro com o atual senador do PL quando ele ainda era deputado federal, em 2002.

– O senador Magno Malta terá ainda muito a explicar – assinou Demostenes, enfatizando, porém, que as investigações estão apenas começando.

Os parlamentares não revelaram o que disse o empresário Ronildo Pereira, que prestou depoimento fechado ao conselho.

Biscaia afirma que há provas convincentes contra senadores

Segundo o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), existem provas convincentes de que os três senadores investigados em processos disciplinares que tramitam no Conselho de Ética da Casa tenham participado do esquema de venda superfaturada de ambulâncias com recursos de emendas ao Orçamento. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Shlessarenko (PT-MT) foram incluídos no relatório parcial da CPI por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Biscaia falou aos integrantes do conselho na quarta-feira sobre os trabalhos de investigação do colegiado. Na ocasião, contou que Suassuna havia perguntado se ele não sabia que “90% dos parlamentares tiram uma beirada

das emendas ao Orçamento”. O deputado disse que ficou surpreso com a insinuação e respondeu que “não sabia mesmo que 90% dos parlamentares cometiam crime”.

– O senador, no entanto, em nenhum momento, confirmou se estava entre os 90% ou os 10% – afirmou o deputado.

Ainda segundo Biscaia, esse tipo de comportamento foi confirmado pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, um dos donos da Planam – empresa acusada de ser a centralizadora do esquema de fraudes. Em seu depoimento à Polícia Federal em Brasília, o empresário teria dito que é normal tal prática, uma vez que, segundo ele, os parlamentares gastam até R\$ 3 milhões para se elegerem e precisariam, por essa razão, ser recompensados.

AMBULÂNCIAS Relatório sobre máfia dos sanguessugas mostra que doações para fundações e ONGs foram desviadas

CPI critica repasse de verbas públicas a particulares



O relatório parcial da CPI dos Sanguessugas, divulgado em agosto, registrou, entre as facetas do esquema de corrupção montado pela máfia das ambulâncias, desvio de finalidade no emprego de recursos oriundos do Orçamento da União que eram repassados a entidades privadas – por exemplo, fundações – que se diziam filantrópicas.

O texto apresentado pelo relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), ressalta que após a CPI do Orçamento, em 1993, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) elaboradas anualmente passaram a limitar a destinação de subvenções (recursos correntes) às áreas de saúde, educação e assistência social previstas na Lei 4.320/64. Proíbiam qualquer destinação a título de auxílio (ou seja, para investimentos) para entidades privadas. “Entre outras razões, tais restrições justificam-se pelo fato de incorporarem recursos públicos ao patrimônio de particulares”, diz Lando no relatório.

O problema é que, da completa vedação que chegou a vigorar no começo dos anos 90, as LDOs evoluíram para a situação atual, de grande flexibilidade na concessão de recursos públicos. Em 1999, por exemplo, passaram a ser beneficiados consórcios privados intermunicipais para assistência à saúde; em 2002, foram destinados recursos para apoio e desenvolvimento da pesquisa; e, em 2005, o Orçamento beneficiou entida-

des voltadas à atividade esportiva.

Com isso, surgiram inúmeros exemplos de abuso, como o da Fundação Fazendo o Futuro, de Queimados, na Baixada Fluminense, que existe apenas no papel, mas recebeu R\$ 160 mil do Fundo Nacional de Saúde para comprar duas ambulâncias. A fundação recebeu o dinheiro no final de 2004 e comprou os veículos da Planam, empresa acusada de chefiar a máfia dos sanguessugas. Em agosto, quando o caso foi divulgado, uma das ambulâncias estava parada havia cinco meses, com o motor fundido, no posto médico de Japeri, município vizinho de Queimados. A outra, quando não estava rodando com o tesoureiro da fundação, Josué Barboza, ficava na garagem da casa dele.

A Alternativa Social, também de Queimados, recebeu R\$ 120 mil do Ministério da Saúde, em outubro de 2005, para comprar uma ambulância UTI. A sede da entidade é uma pequena clínica privada que cobra pelos serviços que presta. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, uma recepcionista disse que a ambulância ficava na casa da responsável, identificada apenas como Alice.

Como síntese da situação, o relatório da CPI cita um trecho do artigo “A CPI do Orçamento – os resultados mais de 10 anos depois”, de Roberto Bocaccio Piscitelli, especialista em gestão e contas públicas: “O que se verifica hoje é, a par de certa rigidez na concessão de registro a entidades beneficentes, a multiplicação das

Rigor do início dos anos 90 deu lugar a muitos repasses para particulares



ARQUIVO FOTOGRAFICO/CEDOC

Os “anões do Orçamento” foram descobertos em outubro de 1993, a partir das denúncias do então chefe da assessoria técnica da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, economista José Carlos Alves dos Santos. Uma CPI investigou o caso, durante três meses, e desvendou um esquema de desvio de dinheiro público dividido em duas frentes. Em uma, parlamentares faziam emendas remetendo dinheiro para entidades filantrópicas ligadas a parentes e “laranjas”. Na outra, faziam-se acordos com empreiteiras para incluir verbas para grandes obras em troca de comissões. Dezoito deputados integrantes da comissão foram citados no relatório final da CPI. Seis acabaram cassados, oito absolvidos e quatro preferiram renunciar ao mandato para fugir da punição e da inelegibilidade, entre eles o deputado baiano João Alves, apontado como mentor das fraudes. Diante das acusações de desvio do dinheiro do Orçamento, Alves alegou ter ganho mais de 200 sorteios de loteria.

transferências para organismos não-governamentais, com base na ideologia liberal, que preceitua a ‘terceirização’ de inúmeros serviços, inclusive mediante contratos de gestão e outras formas de ‘parceria’, que dão ampla liberdade de ação aos contratados pelo poder público. Mais recentemente, as denominadas parcerias público-privadas certamente virão a representar a intensificação do processo de renúncia do Estado brasileiro ao cumprimento de grande parte de sua missão”.

O relatório da CPI sugere que, dentro desse contexto de abuso, uma das opções é a eliminação da possibilidade de transferência de recursos orçamentários para entidades privadas a título de investimentos,

ou seja, aqueles destinados à construção ou ampliação de instalações e compra de equipamentos. Mas ficariam mantidas as transferências correntes, previstas na legislação complementar.

O relatório propõe ainda limitar as subvenções às áreas de saúde, educação e assistência social, conforme previsto na Lei 4.320/64; e proibir a destinação e a liberação de recursos a entidades privadas, em que membros de qualquer dos Poderes da União ou respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam ou tenham sido nos últimos cinco anos proprietários, controladores, diretores ou empregados.

Adiadas convocações de ex-ministros

Os integrantes da CPI dos Sanguessugas decidiram na terça-feira passada deixar para depois das eleições de 1º de outubro a votação dos requerimentos de

convocações polêmicas e de quebras de sigilos dos suspeitos de participação na máfia das ambulâncias. A CPI aprovou apenas 31 dos 178 requerimentos que esta-

vam na pauta. Foram apreciados somente pedidos de informações aos ministérios e empresas suspeitas de envolvimento na máfia das ambulâncias.

Com o adiamento, a CPI não votou as convocações dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa (PT), candidato ao governo de Pernambuco, José Serra

(PSDB), candidato ao governo de São Paulo, e Saraiva Felipe (PMDB), candidato à Câmara dos Deputados. Os três seriam chamados à CPI para explicar irregularidades no Ministério da Saúde relacionadas ao esquema de compra superfaturada de ambulâncias.

O presidente da CPI, Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), rebateu

a possibilidade de um “acordão” entre os partidos dos ex-ministros para evitar o desgaste pré-eleitoral, uma vez que todos são candidatos em outubro.

– O regimento do Congresso diz que não podemos votar nada quando há votações em Plenário. Por isso, votamos somente matérias que eram consenso entre todos os membros da comissão. Enquanto eu presidir a CPI, não haverá disputa político-eleitoral – afirmou.

Mas o sub-relator Júlio Redeker (PSDB-RS), que investiga as ramificações da máfia sanguessuga no Poder Executivo, criticou a decisão da CPI de adiar as votações polêmicas. Ele disse que terá as investigações prejudicadas sem a aprovação de grande parte dos requerimentos.

– Vamos ter um atraso de quase um mês nas informações. Saio frustrado hoje dessa reunião – assinalou.

As votações serão retomadas apenas no dia 4 de outubro, data na qual Biscaia agendou nova reunião da CPI. Segundo ele, não serão realizadas novas reuniões antes do primeiro turno das eleições porque não haveria quórum para isso, uma vez que o Congresso está em recesso branco e muitos parlamentares fora de Brasília, em campanha nos estados.

CPI aprovou apenas os requerimentos menos polêmicos



Deputado Biscaia descarta “acordão” pré-eleitoral e garante que não vai permitir disputa político-partidária dentro da CPI

Comissão amplia fiscalização nos repasses aos municípios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) está adotando novas medidas para tornar mais severa a fiscalização das prefeituras que recebem verbas federais para investimentos ou compra de bens. No próximo ano, a prefeitura que quiser verba da União deverá prestar contas detalhadas ao governo federal, inclusive sobre licitações. Imediatamente, os dados serão colocados no Sistema Integrado de Administração do Governo Federal (Siafi), para fiscalização por parte da sociedade, via internet.

A exigência do envio de dados ao Siafi foi decidida na terça-feira passada pelo Comitê de Fiscalização da Execução Orçamentária da CMO. A ideia é incluir a determinação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. Parlamentares e técnicos da comissão querem se encontrar com o secretário do Tesouro, Carlos Kawall, para acordos sobre a nova exigência, segundo informações do presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG).

A primeira medida de maior rigor na fiscalização do uso das verbas do Orçamento federal foi tomada em julho, quando os integrantes da Comissão

de Orçamento decidiram que os parlamentares só poderão destinar verbas a organizações não-governamentais (ONGs) ou organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) se elas estiverem registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, do Ministério da Previdência. Mais: ao mencionar a organização em sua emenda, o parlamentar deverá informar endereço e registro da entidade.

O aumento das exigências sobre entidades e prefeituras que recebem verbas federais é consequência da descoberta de fraudes na compra de ambulâncias pelas prefeituras, o que acabou gerando a criação da CPI dos Sanguessugas, com o envolvimento de empresários, assessores do Congresso, deputados e senadores.

Gilmar Machado também afirmou à imprensa que vai pedir aos coordenadores das bancadas na CMO o afastamento de 17 integrantes da comissão acusados no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas. O presidente da CMO não pode impedir que eles continuem na comissão, mas entende que o afastamento “será importante” para que os acusados se defendam.

PLENÁRIO

Virgílio: fábrica de TV digital só em Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou, na quarta-feira, a cobrar do governo federal, em discurso da tribuna, respeito à Lei de Informática, que garante à Zona Franca de Manaus o monopólio de incentivos para a produção de televisores e suas inovações tecnológicas. De acordo com o senador, integrantes do governo vêm demonstrando que pretendem abrir esses incentivos para fabricação de televisores digitais em outros pontos do país.

O líder do PSDB citou reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, apóia o monopólio do atual Pólo Industrial de Manaus, enquanto o ministro das Comunicações, Hélio Costa, defende a fabricação de TVs digitais em

outras regiões do Brasil. Na interpretação do senador, o aparente impasse entre os dois ministros não passa de um “jogo de cena” do governo federal, que pretenderia impor sua decisão.

– É jogo de cena, tudo combinado. E após o período eleitoral será desfechado o golpe de morte ao Pólo Industrial de Manaus. Não aceito esta tática – afirmou Arthur Virgílio, ao exigir respeito à Lei de Informática.

Caso a lei não seja obedecida, acrescentou o senador, o estado do Amazonas poderá sofrer “con-



Virgílio exige manutenção de exclusividade ao Pólo Industrial da capital amazonense

seqüências nefastas”, pois cerca de 50 mil pessoas correrão o risco de perder seus empregos.

– Vou lutar até o fim para impedir essa violência contra uma região pobre e estratégica. Exijo que o pólo de televisores fique no meu estado – acrescentou.

Patrícia alerta para riscos da internet

Patrícia Saboya (PSB-CE) protestou, na terça-feira, contra a total falta de controle sobre os sites da internet. A ausência de uma legislação específica tem feito, segundo a senadora, com que crianças tenham acesso a conteúdos não apropriados



Patrícia Saboya

a sua faixa etária e que se dissemine a pornografia infantil, estimulada, muitas vezes, pela rede de relacionamentos denominada Orkut. Patrícia informou que, de acordo com a ONG Safernet, das 106 mil denúncias de pornografia

infantil registradas de janeiro a agosto de 2006, 100 mil se referem ao Orkut.

– Meninos e meninas são obrigados a realizar atos sexuais sem saber que estão sendo filmados. Depois, essas imagens são veiculadas em sites do mundo inte-

teiro. Trata-se de um negócio muito lucrativo, arquitetado por organizações criminosas, todas com suas *homepages* oferecendo acesso em tempo real. A cadeia é alimentada por consumidores cuja demanda exige uma produ-

ção cada vez maior do material.

Para Patrícia Saboya, o mais perigoso é que essas redes pretendem, aos poucos, banalizar o crime. Segundo afirmou, uma corrente de psicanalistas acredita que se pretende disseminar em grande escala e repetidamente a atividade sexual entre adultos, crianças e adolescentes, até conseguir gerar uma impressão de “normalidade” em relação a essa prática.

A senadora destacou que seria fundamental que os provedores adotassem uma atitude mais proativa no combate a essas práticas, com mecanismos de auto-regulamentação.

Pesar pela morte de dom Luciano

Na sessão deliberativa de terça-feira, senadores voltaram a lamentar o falecimento do arcebispo de Mariana (MG), dom Luciano Mendes de Almeida, que morreu de câncer no último 27 de agosto, na cidade de São Paulo. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) apresentaram à Mesa novo requerimento pedindo voto de pesar pela morte do religioso e também apresentação de condolências aos familiares e à Igreja Católica.

– Considero que ele foi uma luz, um exemplo de caminho para os brasileiros, sobretudo por seu empenho na luta pela redemocratização do Brasil e pela defesa dos direitos humanos – disse Suplicy.

Os senadores do PT pelo Acre, Sibá Machado e Tião Viana (na presidência dos trabalhos), também lamentaram a morte e elogiaram a trajetória de vida de dom Luciano, que foi secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB) entre 1979 e 1986 e presidente da entidade de 1987 a 1994.

No dia 28 de agosto, Marco Maciel (PFL-PE) já havia encaminhado à Mesa requerimento de voto de pesar pelo falecimento do arcebispo. O pedido foi apoiado por João Alberto Souza (PMDB-MA), que presidia os trabalhos do Plenário, e Paulo Paim (PT-RS). Na ocasião, Maciel ressaltou o apostolado de dom Luciano em favor dos pobres e dos excluídos.

Lobão vê vantagens do Brasil sobre emergentes

Ao comentar artigo do jornalista Gesner Oliveira intitulado “Brasil melhor do que parece”, o senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou, em discurso quarta-feira, várias vantagens competitivas do Brasil em comparação aos emergentes China e Índia.

Entre os pontos positivos citados por Lobão, e identificados no artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, estão a consolidação do regime democrático brasileiro, gerando menos incertezas a investidores; o forte empreendedorismo no Brasil, contrastando com as “ilhas de capitalismo” existentes na China e Índia; e a homogeneidade cultural da população brasileira, que utiliza apenas a língua portuguesa, diferentemente dos dois países

confrontados, onde são falados centenas de dialetos e várias línguas nacionais.

– Sob um processo eleitoral que a cada ano se aprimora, o Brasil serve de modelo à América Latina e a todo o mundo sobre como realizar um pleito limpo,

Homogeneidade cultural e um idioma são destacados pelo parlamentar

fiscalizado, sob condições técnicas que confirmarão a legitimidade da decisão popular – acrescentou o parlamentar, ressaltando os avanços do sistema democrático brasileiro.

Lobão assinalou que no Brasil, cuja população é predominantemente urbana, com apenas 16% vivendo no campo, o processo de migrações internas já se completou, ao contrário de China e Índia, países cujas populações têm mais de 60% de camponeses.

Jereissati diz que país está a caminho da estagnação

Preocupado com os dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou em Plenário, quarta-feira, que a economia brasileira está entrando em um “círculo vicioso de estagnação”, na contramão dos países ricos e dos emergentes, que vivem o maior ciclo de crescimento dos últimos 50 anos.

O senador lembrou que o crescimento do produto interno bruto (PIB) no último trimestre foi de 0,5%, alcançando 1,7% nos últimos 12 meses.

– A economia não está mais em crescimento. Está estagnada – lamentou o parlamentar.

Jereissati disse que o consumo das famílias, que teria sustentado a economia até agora, está levando-as ao endividamento e citou outros fatores que irão contribuir para que a situação fique ainda pior. Ele salientou que os dados sobre a economia apontam queda no investimento privado, acrescentando que a proposta orçamentária do governo para

2007 mostra queda acentuada também nos investimentos públicos.

Em sua análise, o senador enfatizou que o estrangulamento nos investimentos públicos e a queda dos investimentos privados, devido à falta de credibilidade e de marco regulatório e à carga tributária, condenarão o Brasil ao “círculo vicioso que o afasta da prosperidade mundial e daquela vivenciada pelos emergentes”.

Jereissati pediu que o governo federal retire o projeto de Orçamento da União de 2007, enviado ao Congresso Nacional, por considerá-lo

“fajuto e impossível de ser executado”, pois, na sua avaliação, baseia-se num cálculo errôneo de crescimento do PIB de 4,75%, contrário às projeções da maioria das instituições, que prevêem crescimento de 3,5%.

O senador foi apartado por parlamentares da oposição que manifestaram apoio a seu pronunciamento. Eles também registraram preocupação com os rumos da economia brasileira.

PROPOSTAS

REVOGAÇÃO - Marco Maciel (PFL-PE) apresentou proposta de emenda à Constituição que dá ao Senado o poder de revogar a escolha de autoridades que a própria Casa tenha aprovado. A revogação seria requerida pelo Senado ou pelo presidente da República. Não estão abrangidos na medida ministros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, e o procurador-geral da República.

NUTRICIONISTA - A jornada de trabalho do nutricionista não poderá ultrapassar 30 horas semanais - ou 120 mensais - e o profissional, independentemente da área de atuação, terá de receber adicional de insalubridade de 40% sobre o salário mínimo da categoria. É o que prevê projeto (PLS 249/06) de Paulo Paim (PT-RS) modificando a lei que regulamenta a profissão de nutricionista (8.234/91).

PUBLICIDADE - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar proposta de emenda à Constituição (PEC 38/05) de Efraim Morais (PFL-PB) que limita a publicidade dos órgãos e entidades da administração pública à divulgação de atos oficiais, avisos e campanhas de utilidade pública, alistamento militar e recadastramento eleitoral, e à promoção de seus produtos e serviços.

TECNOLOGIA - Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei (PLS 250/06) para autorizar a União e suas entidades a participarem do capital de empresas privadas que visem ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos com a finalidade de comercialização de produto ou processo inovadores, e não apenas de obtenção de tais produtos ou processos, como determina a lei atual.

INDICAÇÃO - Proposta de emenda constitucional (PEC 68/05), que tem como primeiro signatário o senador Jefferson Péres (PDT-AM), modifica os critérios de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para assegurar maior democratização do processo, bem como maior independência da Corte em seus posicionamentos institucionais e políticos.

Voz do Leitor

PEQUENOS DELITOS

“Sugiro a apresentação de proposta de estabelecimento prisional de ressocialização federal de pequenos delitos criminais, a ser mantido pela União e obrigado a cumprir as normas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição brasileira.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

DESARMAMENTO I

“Indiscutivelmente, estamos vivendo um período de crescente da violência e de alarmante propagação da criminalidade. O Estado se tornou incapaz de oferecer segurança à sociedade, ao cidadão e até a ele mesmo. Assim sendo, é extremamente injusto que a aprovação de leis de desarmamento comprometa ainda mais o direito de autodefesa do indivíduo. Os meios de comunicação têm por responsabilidade despertar uma ampla reflexão sobre esse assunto sob pena de não cumprirmos com seu real objetivo!”

Antônio Carlos Ferreira de Moraes, de Içém (SP)

DESARMAMENTO II

“Eu quero ter o direito de defender a mim e a minha família. Sou cidadão honesto e cumpridor de minhas obrigações perante o Estado e a coletividade. Peço, aos que ajudei a eleger, que olhem por nós, brasileiros acuados e indefesos, cada vez mais prisioneiros do que nunca.”

Celso Cansian, de Lages (SP)

ENTIDADES BENEFICENTES

“Sugiro um projeto de lei que vise obrigar o governo a destinar verbas federais para associações e entidades beneficentes.”

Francisco Miranda Gomes, de Angicos (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

COTAS EM UNIVERSIDADES

“Não concordo com as cotas para negros nas universidades federais, pois acredito que todos têm capacidade para estudar. Seria mais válido criar cotas para alunos da rede pública.”

Catarino de Souza, de Piranhas (GO)

SEGURANÇA PÚBLICA

“Os senadores devem fazer alguma coisa em prol da segurança pública do país. O Poder Judiciário existe somente para prejudicar os mais pobres, enquanto os criminosos de alta periculosidade e os políticos corruptos estão livres.”

Cândido de Matos Gomes, de Reserva (PR)

TASSO JEREISSATI

“Parabenizo o senador Tasso Jereissati por tomar medidas objetivas e corajosas ao expulsar integrantes do seu partido por envolvimento com a máfia das ambulâncias. Isso deixa bem claro que o PSDB é um partido ético, honesto e decente, e não como muitos outros, que não passam de colecionadores de políticos corruptos e mensaleiros.”

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

EDUARDO SUPLYCY

“Parabenizo o senador Eduardo Suplicy pela humildade, sinceridade e coragem, ao admitir de quem é a culpa pela verdadeira explosão de violência que tem ocorrido em São Paulo e no Brasil. São atitudes como essa que nos fazem acreditar que no meio político ainda existem pessoas de caráter incontestável, dignas de nelas depositarmos nossas esperanças.”

João José Santos Neve, de Adustina (BA)

Pergunte ao Senador

SANGUESSUGAS

Alcimar Silva Nascimento, de Limoeiro (PE)

“Senadora Ideli Salvatti, os parlamentares envolvidos na máfia dos sanguessugas vão ficar impunes?”

A senadora Ideli Salvatti responde:

Em primeiro lugar, Alcimar, quero esclarecer que a punição é dada pela Justiça e, portanto, os processos que estão sendo julgados pela CPI ainda terão trâmite judicial, com amplo direito de defesa aos acusados. As pessoas costumam ter a idéia de que cabe à Comissão Parlamentar de Inquérito punir, mas seu papel é de investigar, levantar documentos e provas e apresentar relatório final, que é, então, encaminhado ao Ministério Público. É preciso entender que, mesmo que a CPI dos Sanguessugas, neste momento em pleno funcionamento, chegue ao seu final e tenha um relatório, isso ainda não vai significar a punição dos acusados de envolvimento na compra de ambulâncias superfaturadas. Acredito que, além de um eventual julgamento pela Justiça, a punição também deverá vir do eleitorado brasileiro. A população está acompanhando as investigações, conhece os parlamentares de seus estados, e sabe se as acusações contra eles têm cabimento. Mas ainda é preciso esclarecer, Alcimar, que, no caso dos sanguessugas, já existem até processos em andamento, pois as investigações começaram em 2003, bem antes do início dos trabalhos da CPI. A Controladoria Geral da União identificou as compras superfaturadas por meio dos sorteios que faz para verificar as contas dos municípios, e as irregularidades foram investigadas pela Polícia Federal.



PENITENCIÁRIAS

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

“Senador Demostenes Torres, por que os gastos com presos são tão caros para o país, a ponto de uma marmitex custar R\$ 12, sendo que o preço no mercado é R\$ 5? O senhor é favorável à privatização do sistema penitenciário?”

O senador Demostenes Torres responde:

Se o preço da marmitex destinada aos presos está nesse nível, Daniel, é porque de fato há corrupção. Você também pergunta se a manutenção de presos pode ser barateada. Acredito que sim, desde que o preso possa trabalhar. Sou favorável não à privatização do sistema prisional – acho isso impossível, pois o juiz vai sempre aplicar a pena, zelando para que ela seja efetivamente cumprida, e o Ministério Público tem o seu trabalho de fiscalização –, mas ao trabalho na prisão, que pode e deve ser terceirizado. Defendo a criação de presídios industriais e agropecuários. Os industriais devem ser em número maior, já que a nossa população é majoritariamente urbana. Com isso, o preso poderá ficar no presídio, ele custará menos para o Estado e as empresas também irão lucrar, porque os presos praticamente não têm direitos trabalhistas. Além disso, quem estiver cumprindo pena poderá ajudar no sustento de sua família.



Frases

“Não posso ir para casa porque a situação do país não permite. Se o governo Lula tivesse sido 10% do que se esperava, eu poderia ir para casa”

Pedro Simon, em resposta a críticas sobre sua atuação parlamentar.

“A Polícia Federal tem atuado de forma republicana, prendendo quem deve ser preso, independentemente de filiação partidária ou outra implicação”

Ideli Salvatti, dando o exemplo das operações da PF que levaram à prisão funcionários do Ibama.

“A PF não tem partido. Portanto, essa ação competente não é sentença judicial de absolvição para quem tenha praticado atos de corrupção no governo Lula”

Alvaro Dias, condenando “eventual aproveitamento eleitoral das ações da PF pelo governo”.

“É um crime a votação aberta para tudo. (...) Votação aberta para eleição das Mesas do Congresso e vetos presidenciais é o princípio para a ditadura, que o Lula deseja implantar”

Antonio Carlos Magalhães, ao defender voto parlamentar aberto apenas para processos disciplinares no Legislativo.

“Imagina eleger os presidentes do Senado e da Câmara por voto aberto. Que poder de pressão o governo não teria com relação a isso? Essa votação da CCJ serviu (...) para que o Brasil saiba que o Senado apóia incondicionalmente o princípio do voto aberto, sobretudo para casos de infração ao decoro parlamentar”

Renan Calheiros, em apoio a projeto sobre voto aberto nos processos de perda de mandato parlamentar.

“Considero que ele foi uma luz, um exemplo de caminho para os brasileiros, sobretudo por seu empenho na luta pela redemocratização do Brasil e pela defesa dos direitos humanos”

Eduardo Suplicy, em pesar pela morte do arcebispo de Mariana e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida.

Foto da Semana

Darci Vedoin (grisalho, ao centro), dono da empresa Planam, que vendia ambulâncias superfaturadas por meio de esquema com emendas parlamentares ao Orçamento, foi ouvido pelo Conselho de Ética do Senado. E confirmou o que já tinha dito à Polícia Federal, acusando congressistas de envolvimento no esquema. No meio do depoimento, passou mal, com pressão alta, e, seguido por jornalistas, foi pelo Túnel do Tempo até o atendimento médico



J. FREITAS

Samba de raiz em destaque

O samba da dupla Arlindo Cruz e Sombrinha é o destaque do *Música do Brasil* deste sábado, às 16h, com reprise domingo, às 11h, levado ao ar pela Rádio Senado.

Arlindo Cruz se destacou como integrante do grupo Fundo de Quintal, onde teve grandes sucessos gravados, como *Só pra contrariar* e *O mapa da mina*.

Compôs sambas interpretados por Zeca Pagodinho (*Bagaço de laranja, Casal sem vergonha*) e Beth Carvalho (*Jiló com pimenta, A sete chaves*), entre outros.

A dupla com Sombrinha nasceu de um encontro no palco do Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

O primeiro CD da dupla, *Da música*, foi lançado em 1996 pela gravadora Velas. No programa da Rádio Senado, serão apresentados sambas de recente CD gravado ao vivo, como *Alvorada*, de Jacob do Bandolim; *Estrela da paz*, de Arlindo Cruz e Acyr Marques; *Só chora quem ama*, de Ney Lopes e Wilson Moreira; *Não tem veneno*, de Candeia e Wilson Moreira; *Fora de ocasião*, de Arlindo Cruz, Marquinhos PQD e Jorge Carioca; e *Fogo da saudade*, de Sombrinha e Adilson Vitor.

Já o programa *Autores e Livros* (às 15h de sábado, com reprise às 9h de domingo) leva ao ar entrevista com a professora de Literatura da Universidade de Brasília Maria de Jesus Evangelista,



ROGÉRIO ASSIS/FOLHA IMAGEM

Trabalho da dupla Arlindo Cruz e Sombrinha será apresentado no programa *Música do Brasil*, que vai ao ar no sábado, às 11h, pela Rádio Senado

a Maju, que acaba de lançar, pela Editora UnB, o livro *Cassiano Nunes, poesia e arte*.

A obra do memorialista mineiro Pedro Nava ganha espaço no programa *Prosa e Verso* (sábado às 9h, com reprise no domingo, às 16h), com destaque para o poema *O defunto*, comentado pelo professor Luiz César Costa.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Um artista no *front* da Guerra do Paraguai

A obra mostra reproduções de telas, acompanhadas de minuciosa descrição feita pelo próprio autor, Candido Lopez. Participante da Guerra do Paraguai, ele registrou essa série de imagens em campo de batalha. Candido Lopez foi pintor e fotógrafo retratista e, no início da Guerra do Paraguai – ou Guerra da Tríplice Aliança, que reuniu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai –, alistou-se como segundo-tenente no batalhão de voluntários de São Nicolas. Participou de várias batalhas, inclusive no comando de uma companhia. O soldado-artista traçou diversos esboços a lápis durante a guerra, com croquis

de uniformes, paisagens, batalhas, acampamentos e descrições detalhadas dos acontecimentos militares. Tempos depois, utilizou esse material para desenvolver sua série de quadros sobre a guerra, pintados com a mão esquerda, já que, na derrota da batalha de Curupaiti, em 1866, em consequência da explosão de uma granada, teve a mão direita amputada. Os anos de trabalho e a formação de Candido Lopez como fotógrafo são importantes para considerar sua obra como pintor. A edição que pertence à Biblioteca do Senado reúne mil exemplares numerados e 48 pranchas a cores.



Acampamento argentino no outro lado do rio San Lorenzo: quadro de 1865, de Candido Lopez, que registrou a guerra

LOPEZ, Candido. *A Campanha do Paraguai: de Corrientes a Curupaiti; apresentação de Marcos Tamoyo*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1973. 1 v., il. grav. somente color.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

Aconteceu no Senado

Diretas Já: quando o povo cansou de esperar

“A nação assistiu à mais espetacular campanha cívica já vivida em sua história.” Assim o senador Pedro Simon (PMDB-RS) avaliou a campanha das Diretas Já em 16 de maio de 1984.

Desde 1960, a população esperava poder escolher o presidente da República e a abertura do regime militar deu a chance de o brasileiro voltar a eleger seus presidentes. Essa possibilidade de eleições

diretas no país foi concretizada com a proposta de emenda à Constituição do então deputado Dante de Oliveira.

A primeira manifestação pública pelas Diretas ocorreu no recém-emancipado município de Abreu e Lima, em Pernambuco, em 31 de março de 1983. Após 40 comícios e passeatas com milhões de pessoas em todo o país, o comício realizado no Vale do Anhangabaú, em

São Paulo, em 16 de abril de 1984, reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas. Ainda assim permanecia a dúvida formulada em discurso do senador Nelson Carneiro (PTB-RJ).

– O que acontecerá em 25 de abril? Chegou a hora de extinguir este triste resíduo do centralismo.

Nesse dia, a emenda das Diretas foi votada, obtendo 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções. Não compareceram 112

deputados ao Plenário, e a emenda foi rejeitada por não alcançar os 310 votos necessários à aprovação.

No Colégio Eleitoral, o candidato da oposição, Tancredo Neves, obteve o apoio de dissidentes do PDS e venceu o candidato Paulo Maluf com imensa maioria dos votos dos parlamentares. Tancredo, no entanto, faleceu em 21 de abril de 1985. Em seu lugar assumiu o candidato a vice, José Sarney.

SETE DE SETEMBRO



No palanque de autoridades, com suas esposas, Aldo Rebelo (E), José de Alencar, Lula e Renan Calheiros

Trinta mil na festa da Independência

Ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participou das comemorações pelos 184 anos de independência do Brasil, assistindo ao desfile cívico-militar na Esplanada dos Ministérios. Outras autoridades compareceram ao desfile, entre elas o vice-presidente da República, José de Alencar; o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; e 20 ministros, além de representantes do Judiciário e parlamentares. O primeiro astronauta brasileiro, Marcos Pontes, também esteve presente ao evento.

Uma das atrações do desfile

foi a réplica do aeroplano 14 Bis, dentro das comemorações do Ano Nacional Santos Dumont, em homenagem ao centenário do primeiro voo autônomo de um veículo mais pesado que o ar. A tradicional Esquadilha da Fumaça, com vôos rasantes e manobras de grande precisão, emocionou o público. Também se apresentaram, entre outros, as Forças Armadas; as Polícias Federal, Militar e Rodoviária Federal; o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; e escolas, bandas, fanfarras, associações e grupos

folclóricos.

A Polícia Militar estimou que aproximadamente 30 mil pessoas assistiram à apresentação, que, entre outras atrações, trouxe o “rapel no ar”, no qual quatro militares do Exército desceram 30 metros de corda, sem proteção, a partir de um helicóptero parado no ar; e o voo dos Mirage 2000, recém-adquiridos pela Força Aérea

Brasileira.

Grupos folclóricos ilustraram o tema da Semana da Pátria deste ano, “Cultura e Diversidade Brasileira”.

A tradicional Esquadilha da Fumaça voltou a emocionar o público



Um dos comícios, na Praça da Sé, em São Paulo: campanha pelas Diretas Já mobilizou população do país

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Dicas para contratar um advogado

Os especialistas aconselham que se consulte um advogado antes de casar, comprar imóvel, montar ou fechar uma empresa e de outras ações importantes. Eles alertam que as pessoas correm riscos desnecessários e acabam buscando o advogado quando já estão com problemas que em sua maioria poderiam ter sido evitados.

Conflito à vista, antes de partir para uma ação judicial, pode-se

buscar o advogado para ajudar as partes a encontrar uma solução. Trata-se da arbitragem, largamente usada em outros países e que consiste numa espécie de julgamento privado, evitando desgaste e custos.

Nesta edição o *Especial Cidadania* traz dicas para escolher e se relacionar com o advogado, evitando transformar o que seria a solução do problema em uma nova dor de cabeça.

Critérios para a escolha de um profissional

Como a lei exige o registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que o advogado possa atuar, o primeiro passo é pesquisar o profissional no Cadastro Nacional de Advogados da OAB (www.oab.org.br/cadastroAdv.asp) ou na seccional da capital do seu estado.

Basta ter o nome ou o número de inscrição na OAB. Em geral esse número está à vista na placa e nos formulários do escritório. É bom verificar se ele cumpriu ou está cumprindo alguma suspensão, ou se já foi condenado em algum processo disciplinar.

Consultada a OAB, dê prioridade a alguém que apresente:

- ▶ referências e/ou indicação de conhecidos;
- ▶ experiências anteriores positivas;
- ▶ firmeza e conhecimento da matéria;
- ▶ comprometimento com a sua causa;
- ▶ proposta financeira justa

- e de acordo com sua possibilidade;
- ▶ escritório com localização, estrutura e apresentação adequadas;
- ▶ uso da internet e outras facilidades para informá-lo sobre o andamento do processo; e
- ▶ empatia, discrição e educação.

O Direito tem vários ramos e, especialmente nas cidades médias e grandes, os advogados são bastante especializados. Por isso, é essencial verificar se o profissional tem experiência sólida no seu tipo de problema. Além disso, existem foros (órgãos) do Judiciário específicos para cada tipo de causa e, em cada foro, sucessivas instâncias. É importante saber se o advogado atua junto ao órgão que receberá sua ação ou se precisará de ajuda, no caso de o processo passar à instância seguinte. As instâncias máximas são os tribunais superiores.

As principais regras para um relacionamento proveitoso

O advogado deve informar o cliente, de forma clara e sem deixar dúvidas, sobre os riscos e possíveis conseqüências da demanda.

O advogado deve cumprir todos os prazos dos processos sob sua responsabilidade e não pode abandonar o processo sem motivo justo e comprovada informação ao cliente.

O cliente não pode obrigar o advogado a trabalhar com outro advogado, indicado ou não por ele, cliente.

O advogado só pode substabelecer a procuração sem reservas de poderes (passar todos os poderes que lhe foram concedidos pelo cliente a outro advogado) se for expressamente autorizado pelo cliente.

O advogado deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que o cliente lhe contou e recusar-se a depor como testemunha em processo no qual atua ou deva atuar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou tenha sido advogado.

Os segredos contados ao advogado pelo cliente só podem ser utilizados nos limites da necessidade da defesa, desde que autorizado pelo cliente. As cartas

entre advogado e cliente também são confidenciais.

O advogado pode renunciar à procuração, deixando de defender o cliente, mas continua responsável pelo processo durante o prazo estabelecido em lei para que outro advogado assuma, assim como por quaisquer danos causados, intencionalmente ou não, ao cliente ou a terceiros.

Se revogar a procuração por sua própria vontade, o cliente deve pagar os honorários contratados. Além disso, se a causa tiver sucesso com um novo advogado e a parte contrária for condenada a pagar os honorários (chamados honorários de sucumbência), o advogado que iniciou a ação tem o direito de receber a sua parte, proporcionalmente ao serviço efetivamente prestado.

A conclusão ou a desistência da causa, com ou sem a extinção da procuração, obriga o advogado a devolver os bens, valores e documentos recebidos, e a prestar contas detalhadamente, não excluindo outras prestações de conta solicitadas pelo cliente a qualquer momento.

Concluída a causa ou arquivado o processo, está cumprido e acabado o mandato.



Fórum João Mendes Filho, em São Paulo: advogado pode promover acordo sem processo judicial

Como saber se tenho um bom advogado?

O bom advogado é aquele que:

- ▶ Informa você corretamente sobre o andamento do processo e cumpre todos os prazos.
- ▶ Responde a todas as suas perguntas, explicando os termos jurídicos.
- ▶ Dá a você explicações claras e objetivas.
- ▶ Sugere ações, mas deixa que você decida.
- ▶ Não diz que você "já ganhou".
- ▶ Não promete que resolverá a questão em um determinado tempo.
- ▶ Explica claramente os riscos de um processo judicial: o que poderá ocorrer; quanto custará se você vier a perder a causa; o que as outras partes podem fazer pelo simples fato de você ter iniciado o processo.

Fique de olho: você é o maior interessado

Na procuração – Não assine procuração sem saber exatamente quais poderes está dando ao advogado. Não tenha receio de perguntar e peça a ele que explique os termos jurídicos. Avalie com cautela as cláusulas que dão liberdade ao advogado de transigir, quitar e receber valores em seu nome.

No andamento da ação – Peça ao advogado o número do processo e o órgão em que ele deu entrada. Acompanhe pela internet, que em geral publica inclusive as decisões. Se for o caso, vá ao fórum: quem é parte no processo tem o direito de consultá-lo.

Deveres do profissional

São deveres do advogado:

- ▶ estimular o entendimento entre as partes para evitar a ação judicial;
- ▶ aconselhar o cliente a não entrar em aventura judicial; e
- ▶ declarar-se impedido de atuar se já tiver sido convidado pela outra parte e informado de seus segredos ou dado seu parecer.

O advogado não pode:

- ▶ usar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente;
- ▶ mentir ou usar de má-fé ao expor os fatos à Justiça;
- ▶ funcionar no mesmo processo como advogado e como representante ou preposto do cliente;
- ▶ representar clientes com interesses opostos;
- ▶ aceitar procuração de quem já tenha outro advogado sem que este saiba, exceto se por motivo justo ou para propor medidas judiciais urgentes e inadiáveis; e
- ▶ fazer propaganda mercantilista dos seus serviços.

Contrato detalhado é fundamental para prevenir problemas

É indispensável que os serviços a serem prestados, assim como o valor e a forma de pagamento dos honorários e custas, estejam previstos em um contrato de prestação de serviços.

Convém que esse contrato defina ainda se o valor cobrado inclui a execução da sentença, a forma como serão prestadas as informações sobre o processo, e os honorários em caso de acordo e para cada instância. Por exemplo, se uma ação pode ir até um tribunal superior, cada etapa deve estar discriminada.

É importante também esclarecer se os honorários de sucumbência serão recebidos pelo advogado, como manda a lei, ou se serão levados em conta no

acerto final.

Deve estar também no contrato o pagamento a outros profissionais, como peritos, por exemplo.

Uma medida que ajuda a avaliar os honorários é consultar a tabela da OAB, que não é obrigatória para o advogado.

Se os custos forem muito altos, pode-se também procurar as defensorias públicas da União e dos estados (veja na edição nº 61, do *Especial Cidadania*, de 21/02/2005, o que são e como acessá-las).

Mau atendimento ou descumprimento de deveres por parte de advogado devem ser denunciados à OAB, que pode até cassar o registro. Também se

Informações e projetos de lei

Projetos de lei

PEC 16/03 - De autoria do senador licenciado Gerson Camata (PMDB-ES), modifica a Constituição para obrigar o advogado, quando intimado, a comprovar a origem lícita dos honorários.

PLS 364/04 - Do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), dispõe sobre a assistência jurídica integral e gratuita.

PLS 117/03 - Do senador Magno Malta (PL-ES), altera o Estatuto da Advocacia para identificar os honorários recebidos de indiciados por tráfico de drogas.

PLCs 14/05 e 46/00 - Alteram as normas para a concessão de assistência judiciária.

PLC 42/01 - Disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho.

Informações

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Conselho Federal
SAS - Quadra 5 - Lote 1 - Bloco M
Brasília (DF) - CEP 70070-939
(61) 3316-9600 - www.oab.org.br
Unidades regionais
www.oab.org.br/seccionais.asp